

Revista Militar

2.^a Época

FUSÃO da Revista Militar, Revista do Exercito e da Armada
Revista da Administração Militar e Portugal Militar



DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

9 — Largo da Anunciada — 9

TIP. UNIVERSAL—Rua do Diário de Notícias, 78

LISBOA

Cargos para 1918



MESA DA ASSEMBLÉA GERAL

PRESIDENTE

General Fernando Larcher

VICE-PRESIDENTE

Coronel José Joaquim Mendes Leal

SECRETARIOS

Capitão-tenente Joaquim Anselmo da Matta e Oliveira
Capitão Alberto David Branquinho.

DIRECÇÃO

PRESIDENTE

General de divisão José Estevão de Moraes Sarmento

VOGAIS EFECTIVOS

General João Martins de Carvalho
Coronel Victoriano José Cesar
Coronel Luis Henrique Pacheco Simões
Coronel José Justino Teixeira Botelho
Capitão de mar e guerra Victorino Gomes da Costa
Tenente coronel Luis de Mello e Athayde
Tenente-coronel Julio Ernesto de Moraes Sarmento
Capitão Henrique Linhares de Lima

SECRETARIO

Tenente-coronel Rodolpho Ferreira Dias Guimarães

VOGAIS SUPLENTES

Capitão de mar e guerra Pedro Guilherme dos Santos Diniz
Coronel Guilherme de Campos Gonzaga

CONSELHO FISCAL

VOGAIS EFECTIVOS

General José Cesar Ferreira Gil
Capitão de mar e guerra Augusto Ramos da Costa
Tenente-coronel Affonso H. Lopes de Macedo

VOGAL SUPLENTE

Tenente-coronel João Baptista da Rocha Grillo

Empreza da REVISTA MILITAR

SOCIOS HONORARIOS

Sebastião Custodio de Souza Telles

General de divisão

José Augusto Alves Roçadas

Coronel do serviço do estado maior

SOCIOS EFECTIVOS

Francisco J. Ferreira do Amaral Vice-almirante	João Ortigão Peres Coronel d'inf. e do serviço do est. maior
Carlos Roma du Bocage General de divisão	Francisco Xavier Corrêa Mendes Coronel do serviço do est. maior
Domingos José Correia General de divisão	José Justino Teixeira Botelho Coronel d'artilharia
José Estevão de Moraes Sarmiento General de divisão	Luis Antonio de Vasconcellos Dias Coronel da adm. militar
João Serras Conceição General de brigada	Afonso H. Lopes de Macedo Tenente-coronel
José Fernandes da Costa Junior General de brigada	João Baptista da Rocha Grillo Tenente coronel
Alfredo de A. Lopes de Macedo General de brigada	Rodolpho Ferreira Dias Guimarães Tenente-coronel d'engenharia
João Martins de Carvalho General	Luis de Mello e Athayde Tenente-coronel d'infantaria
Fernando Larcher General	Julio Ernesto de Moraes Sarmiento Tent. cor. de cav. e do serv. do est. maior
José Cezar Ferreira Gil General	D. Antonio José de Mello Major
Pedro Guilherme dos Santos Diniz Capitão de mar e guerra	Arthur Ivens Ferraz Major d'artilharia e do serv. do est. maior
Augusto Ramos da Costa Capitão de mar e guerra	Fernando Augusto Freiria Major d'art. e do serv. do est. maior
Victorino Gomes da Costa Capitão de mar e guerra	Luis A. Ferreira Martins Major d'art. e do serv. do est. maior
Luis Antonio Alves Leitão Coronel	Joaquim A. da Matta e Oliveira Capitão-tenente da armada
José Joaquim de Castro Coronel	José Ferreira Martins Capitão
Alexandre José Sarsfield Coronel	Alberto David Branquinho Capitão da adm. militar
Victoriano José Cesar Coronel do serviço do est. maior	Henrique Linhares de Lima Capitão da adm. militar
José Joaquim Mendes Leal Coronel d'infantaria	Raul Augusto Esteves Capitão de engenharia
Luis Henrique Pacheco Simões Coronel	Manoel da Costa Dias Capitão da adm. militar
Guilherme de Campos Gonzaga Coronel	David José Gonçalves Magno Capitão d'infantaria

SOCIOS HONORARIOS

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

SOCIOS EFECTIVOS

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

Don Juan Manuel de los Rios

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 1

Janeiro de 1918

Ano LXX

Director, proprietario e editor — Empreza da *Revista Militar*

Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL

pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

EPISÓDIOS DA GUERRA ACTUAL

As evoluções políticas na Alemanha e Russia e a restauração da Polonia

Seria verdadeira inépcia, quando não fôsse intolerante facciosismo, negar que o mundo político e social se encontra em completa transformação, não podendo nenhum espírito reflexivo e previdente assegurar, no presente momento, os termos e limites que ela assumirá. Há mais de cincoenta anos, que um insigne escritor, reconhecendo esta acentuada evolução, a consubstanciou na fórmula — *Le monde marche* —, que um antigo rifão português havia consagrado por outra expressão plebeia, não menos incisiva, qual a de que o — *Mundo não anda para trás*.

Nos princípios do século XIX, o maior génio dos tempos contemporâneos, predisse, também, a marcha incessante da evolução política e social ao asseverar que, dentro de cincoenta anos, a Europa seria cossaca ou republicana, representando nos termos dêste dilema a aniquilação ou o triunfo da democracia, a cujos alvôres de máscula energia e de resoluta audácia, na pretensão de intervir nos negócios dos Estados, êle havia assistido, exaltando o facto no seu próprio espírito equivalentes dotes, cuja existência o director do colégio de la Flèche, já lhe havia presentido nos bancos escolares, ao dar do seu educando a conhecida informação: — «Côrso de origem, longe chegará, se as circunstâncias o permitirem» —.

Naquela afirmação só ha a estranhar a alternativa, que ao ser empregada por espírito tão clarividente, como o de Napoleão, representava contradição flagrante com a idea que êste

próprio formava do poder da evolução social, idea que ficou bem expressa ao aconselhar o procedimento a seguir perante ela: — «Marchez à la tête des idées de votre temps, elles vous suivent et vous soutiennent. Marchez à leur suite, elles vous entraînent. Marchez contre elles, elles vous renversent».

Certamente que, na ocasião em que estas palavras foram pronunciadas, já a experiência havia revelado áquele grande génio toda a sã filosofia, que continham. Era, porém, demasiado tarde. Devia meditá-las antes de haver atravessado a Europa com os seus granadeiros, que iam derramando por todas as regiões, que pisavam, a nova doutrina revolucionária. Mas, então, do alto da onnipotência que havia atingido, e que Siéyes ainda engrandecia e incitava ao afirmar — «Que seria o senhor, porque sabia, queria e podia tudo!» — não reflectira, que, aquella semente tão vastamente espargida pelos seus soldados vitoriosos, havia necessariamente de germinar e frutificar, agrupando todos os povos, por êles amarfanhados e esmagados, numa nova cruzada de vingança e de desforra pelas iniquidades sofridas, e que desta obra sagrada de restauração deveria necessariamente redundar o definitivo triunfo das doutrinas proclamadas pela Revolução francesa.

No citado dilema napoleónico, era fácil conjecturar o termo vencedôr, desde que, em Waterloo, se havia afundado o mais valioso representante da autocracia onnipotente. Pela mais extraordinária das aberrações, os vencedôres haviam deixado sepultado no próprio campo da sua vitória toda a probabilidade de triunfo para o *cossaco*, perante a evolução que a marcha incessante dos progressos sociais devia produzir no mundo.

Por isso, todas as tentativas empregadas, desde então, aqui ou além, para deter a incessante progressão das aspirações democráticas se tornaram infrutíferas, justificando plenamente o vaticínio de Napoleão. Quantos marcharam contra elas, todos foram aniquilados, e, através das maiores contrariedades, foram os que as proclamavam os triunfadores. Já não é licito pousar os olhos sobre o território de qualquer Estado civilizado, sem nêle observar a Democracia dominante ou em marcha para a próxima conquista do Poder. O próprio *cossaco*, em quem Napoleão consubstanciava a representação da autocracia, lá o estamos vendo absolutamente dominado e impotente na sua pátria de origem, onde muitos julgavam inacessíveis as ideias

modernas, devido à falta de comunicações e dos outros recursos próprios para a fácil transmissão do pensamento humano!

Há dois anos, interrogando um jornalista espanhol, ao distinto estadista seu compatriota D. Antonio Maura, sobre se considerava *impossível* determinada eventualidade política, teve a seguinte resposta:— «El director de la Academia Española opina que la palabra *impossible* deve desaparecer del Dicionario. No hay nada imposible en el mundo»—.

Jámais frásé espirituosa terá melhor aplicação aos tempos correntes do que esta, especialmente quando aplicada à transformação social, que se opera pelo mundo, e à consequente orientação que vai sendo seguida pelas diferentes chancelarias estaduais.

Assim, há pouco mais de uma dezena de anos, nenhum diplomata abalizado ousaria afirmar a possibilidade de vêr deffrontarem-se, face a face, nos campos de batalha os impérios da Alemanha e da Rússia, e menos ainda aceitaria a hipótese de vêr esta última fugir dêles, abandonando cruel e miserandamente não só os aliados, que com ela pactuaram a guerra, mas ainda os próprios que nesta haviam tomado parte por sua instigação violenta, como succedeu à Romenia¹. As recordações históricas não deixam de ser neste momento oportunas.

¹ As provas dêste facto foram divulgadas, em França, pelo general Ilesco, do exército romeno, depois dos maximalistas se haverem apoderado do govêrno. O Presidente do conselho de ministros romeno sr. João Bratiano, contrariou tenazmente os incitamentos, que lhe eram feitos pelo ministro russo Sturmer, para atacar a fronteira austriaca, alegando a falta de segurança em que ficaria a Dobroudja. Ao que êste último retorquia, que ninguem ameaçava a Romenia por êsse lado.

— «Agora ou nunca—, escrevia Sturmer em um despacho. Não sendo agora, não se permitirá mais tarde que a Romenia entre triunfalmente na Austria-Hungria».

Não obstante, a Romenia só interveiu na guerra sob o compromisso formal, de que a Rússia a alimentaria copiósamente de pessoal, armamento e munições. Mas, quando Mackensen atacou a Dobroudja, e os romenos reclamaram auxílios da sua aliada, esta só lhes deu como resposta o conselho do reagrupamento das suas forças. Depois, quando ainda reclamou socorros para a Valaquia, só os obteve bem mesquinhos e tardios. Por último, o govêrno revolucionário maximilista solicitou um armistício para as tropas russas, deixando inteiramente abandonadas e isoladas as tropas romenas. Poucos actos de perfídia equivalentes regista a história dos diferentes povos.

«Evitar a guerra com a Rússia» foi, até ao 1.º de agosto de 1914, uma das regras do império alemão, já de ante-mão seguida pela Prússia, que a observava desde o meiado do século XVIII. Salvo por ocasião da hostilidade pronunciada pela czarina Izabel contra Frederico o Grande, hostilidade mais devida a motivos pessoais do que a causas positivas, e das pseudo-hostilidades entre a Prússia e a Rússia, em 1812, as duas nações nunca foram adversárias. Se Frederico Guilherme III tomou parte na campanha do Grande Exército, na Rússia, foi violentado; por isso, logo que o puderam fazer sem perigo, em 1813, as tropas prussianas voltaram-se contra os franceses. A obra difícil da partilha da Polónia não há dúvida que suscitou animosidades passageiras, mas não antagonismos profundos. E foram precisamente os negócios da Polónia que fizeram aproximar, por vezes, a Prússia e a Rússia. Para os dois Estados havia no perigo polaco um aviso de conformidade, afim de ambos considerarem a defesa comum como o meio mais seguro de defrontarem as aspirações de independência daquele país. Afirma o Príncipe de Bulow que, durante a primeira metade do século XIX, as relações entre as dinastias prussiana e russa, eram de intimidade a exceder a medida convencional, chegando a causar perturbações na política das duas nações. No período crítico da guerra da Criméa, a atitude amigável da Prússia facilitou muitíssimo a causa da Rússia, e essa atitude teve depois a devida correspondência na adoptada pelo Imperador Alexandre II, durante a guerra franco-alemã.

Quando, pouco tempo depois de concluída a paz de Francofort, em setembro de 1872, os dois Imperadores da Rússia e da Austria estenderam cordealmente as mãos, um para o outro, na capital do novo Império alemão, apertando-as igualmente ao príncipe de Bismarck, o creador de uma nova base para a política europeia, parecia que a paz do mundo ficaria indefinidamente assegurada com essa harmonia das potências orientais.

Bismarck, ao conseguir essa íntima ligação, não só ficou convencido de que havia solapado profundamente o espírito da desforra, espalhado na França, mas ainda a corrente panslavista, que nessa época se avolumava na Rússia. «O impetuoso elefante russo, dizia êle, devia marchar entre dois elefantes domesticados: a Alemanha e a Austria».

Fugaz, comtudo, foi essa ilusão. O Congresso de Berlim, em 1878, perturbou aquêlê accordo entre os Impérios orientais, até então intacto. A Russia, que seguidamente às consideráveis perdas sofridas em uma campanha longa e penosa, a qual não previu, e que ficára defraudada nos intentos de se assenhorear de Constantinopla, teve de se resignar a aceitar, naquêlê cenáculo, algumas modificações importantes no tratado de S. Stefano. O principe de Gortschakoff jámais perdoou ao Principe de Bismarck essa humilhação, e foi numa explosão de tal sentimento de azedume, que comunicou a um jornalista francês a ideia de um plano de aliança franco-russa, o que nesse momento se não podia classificar senão como simples quimera. Mas a ideia ficou lançada, sendo geralmente conhecido o modo hábil como M. Delcassé, um dos ministros a quem a França deve maior reconhecimento, em devido tempo a fez germinar e florescer.

Quando o Imperador Alexandre II se revelou propenso a seguir a corrente de hostilidade contra a Alemanha, Bismarck concluiu, em 1879, o tratado de aliança com a Austria-Hungria, o qual se tornou depois a base da Tríplice. Mas, este procedimento não o impediu de empregar a sua habitual energia em melhorar sensivelmente as relações russo-alemãs, o que produziu nova aproximação dos três Impérios, por ocasião da conferência de Skierniewice, em 1884, entre os três soberanos. Mas a absoluta diversidade de vistas sobre os assuntos do Oriente, entre a Russia e a Austria, também não permitiu longa duração a êste novo accordo. Foi a questão bulgara, que abalou primeiro as relações entre os dois Estados, movidos por antagonicos interesses políticos. A harmonia das três potências imperiais não passou, assim, além de 1886. Mas, o Principe de Bismarck declarou então muito peremptoriamente, que, em presença da nova situação, êle persistia na aspiração pela conservação da Tríplice Aliança, ou, quando menos, em manter uma ligação amigável e segura com a Russia. Já fóra do poder, depois da scisão com Guilherme II, ainda êle censurou o seu sucessôr por não haver mantido aquêlê orientação, dando com êste procedimento, ocasião à conclusão da aliança franco-russa. O Chanceler de ferro sempre viu na aproximação dos dois países um grande reforçamento do poder da França e, consequentemente, um notável acréscimo

de dificuldades para a política alemã. Os factos encarregaram-se de demonstrar que, ainda nesta questão, a inspiração do actual soberano germano não sobrepuja a daquêle estadista, cujos serviços êle dispensou fãcilmente, com censurável ingratidão.

Mas não era s3mte o argumento bismarkiano, quem aconselhava a manutenç3o da regra seguido pelos Hohenzolerns, de evitar a guerra com a Russia. Al3m do aumento do poder franc3s, a hostilidade com este Imp3rio colocava a Alemanha no perigo de ser colhida entre dois fogos, recordando a situaç3o em que se encontrou Frederico II, durante a Guerra dos Sete Anos, da qual, apesar do seu genio, 3ste soberano s3 se salvou miraculosamente pela mudanç3a do imperante na Russia.

Depois, a quest3o da Polonia, abafada enquanto a Alemanha e a Russia estavam de acordo, tornar-se-ia logo aguda, quando se hostilizassem. Esta presunç3o assume agora todos os visos de realidade ao observar que as proclamaç3es dirigidas: em 21 de outubro de 1914 pelo imperador da Russia; em 5 de novembro de 1916 pelos imperadores da Alemanha e da Austria e em 30 de març3o de 1917 pelo governo provis3rio russo, reconhecendo todas a autonomia polaca, divergem essencialmente na parte respeitante ao territ3rio, que o futuro Estado dever3 abranger, porquanto a sua delimitaç3o ficou dependente de providencias ulteriores, meio dilatorio 3ste que serve para encobrir a reserva mental, guardada por cada um dos proclamantes de n3o ceder a parte de que est3 de posse.

Foi a Russia a primeira potencia a rasgar o primitivo pacto, que consagrou a partilha da Polonia, datado de 1772, fazendo-o na proclamaç3o que, em 14 de agosto de 1914, dirigiu de Petrogrado aos Polacos o Gr3o-duque Nicolau, generalissimo ent3o das exercitos russos. Nesse documento foi declarado que a Polonia, conglobada em um s3o corpo, e sob o scetro do Imperador da Russia, era, pela sua religi3o, pela sua lingua e pela sua autonomia, chamada ao renascimento.

Pouco tempo depois, em 21 de outubro de 1914, o czar publicou o rescrito no qual confirmou o compromisso tomado

em seu nome pelo Grão-duque Nicolau, E, mais tarde, em 1 de agosto de 1915, novamente fez ratificar aquela sua resolução pela palavra do presidente do Conselho de Ministros, que era Goremykine, no acto da abertura da Duma imperial.

O pensamento russo consistia nesse momento em formar da Polonia uma defesa avançada contra quaisquer novas tentativas da Alemanha e da Austria. Mas nada de preciso foi estabelecido quanto ás delimitações do novo Estado. Apenas de um discurso pronunciado na Duma, em 16 de fevereiro de 1916, por Sazonoff, se póde conjecturar, que nas intenções do czar estava o compreender na nova Polonia não só os territorios daquela nacionalidade, em poder da Prussia e da Austria, mas ainda os ocupados pela propria Russia.

Em 5 de novembro de 1916 foi publicado simultaneamente, em Varsovia, pelo governador alemão von Beseler, e, em Lublin, pelo governador austro-hungaro, em nome dos Imperadores Guilherme III e Francisco José, a proclamação que annunciou a constituição de um Estado autonomo polaco sob a fórma de monarquia hereditaria constitucional. As disposições relativas á organização de um exercito polaco eram as unicas precisas, contidas nesse documento, o que fazia crêr ser sua intenção principal obviar á falta crescente de efectivos militares, que já então se notava. Mas a resistencia energica oposta pelos polacos á incorporação forçada nas fileiras do exercito aniquilou a tentativa. Quanto á delimitação do novo Estado, a proclamação declarava peremptoriamente que — «ficava reservada ou adiada».

O ultimo projecto de reconstituição da Polonia constituiu a base da proclamação publicada, em 30 de março de 1917, pelo governo provisorio russo, na qual este se comprometia a assegurar á Polonia a sua *unificação*, a sua independencia e a livre escolha do seu regime politico. Nos proprios termos deste documento o novo estado da Polonia — «deveria servir de anteparo á pressão que os imperios centrais pretendessem exercer contra os povos eslavos —». Deve dizer-se, que a França, a Inglaterra e a Italia assumiram a solidariedade do compromisso tomado.

«Conseguir a realização das reivindicações historicas da Polonia», era, no dizer de Milioukof, então ministro dos negocios estrangeiros, o fim visado pelo governo provisorio rus-

so, e para o qual deveriam tender todos os esforços de unificação. Ora, a ser assim, o novo Estado deveria compreender todos os Estados e territorios, que faziam parte da Polónia no momento da sua partilha, os quais eram: o reino da Polónia, constituído em 1815 pelo Congresso de Viena, formado pela maior parte do ducado de Varsovia, a Prússia ocidental, a Posnanía, a Lituania, a Curlândia, a Volhynia, a Podolia, a Ucrânia e a Galícia. A estas regiões justo seria ainda acrescentar a provincia da Prússia oriental, outróra Prússia ducal, e a Alta Silesia prussiana, em ambas as quais têm grande influência a população, commercio e industria polacas.

A simples enumeração de tais regiões basta para demonstrar a quasi impossibilidade de se harmonizarem os Imperios centrais com semelhante proposito. O rescripto, de 5 de novembro de 1916, do Imperador Francisco José, no qual se prometia a autonomia á Galícia, tira as duvidas que no assunto podessem haver. Dizia este documento:

«Em harmonia com o compromisso tomado com o Imperador da Alemanha, será formado *com os territorios polacos arrancados pelos nossos bravos exercitos ao dominio russo*, um Estado autonomo sob a forma de monarquia hereditaria constitucional. Neste momento recordo-me, com emoção, das numerosas provas de dedicação e de fidelidade fornecidas no decurso do meu reinado pela Galícia, bem como dos grandes e pesados sacrificios que este país, exposto pela sua situação aos ataques violentissimos do inimigo, tem suportado no interesse da defesa victoriosa das fronteiras orientais do Imperio. Estes sacrificios dão-lhe direito á minha mais calorosa solícitude paternal.

«Por tal motivo, é minha vontade que, na ocasião em que aquelle novo Estado (a Polónia) se constitua, tambem a Galícia receba, equitativamente, o direito, *tanto quanto ele seja compativel com a sua dependencia, em relação ao conjunto do Estado*, e com a sua prosperidade, de regular por si mesma as proprias aspirações, em vista do bem estar nacional e economico da população galiciana.

Dando-vos a conhecer esta minha intenção, encarrego-vos (o rescripto era dirigido ao dr. Kørber) de preparar e apresentar os projectos necessarios para a realizar, em conformidade com a lei».

Como se vê, os Imperios centrais só com grandes restrições aceitaram a ideia da autonomia polaca, coagidos pelo exemplo dado no rescrito do Imperador da Russia, e animados pelo pensamento de conseguirem por tal acto importantes contingentes de recrutas, que atenuassem o reconhecido desgasto dos seus exercitos.

Porém, a revolução russa parece que teve como efeito immediato modificar o alcance de tais concessões, levando a adoptar um projecto de nova partilha da Polonia. A Alemanha, segundo este novo plano, adquiriria a parte da Polonia russa, que necessita para a rectificação das proprias fronteiras estrategicas, a qual compreende proximamente a decima parte daquela região, sendo o resto anexado à Austria.

O Imperador da Austria-Hungria promulgaria então novo rescrito, unindo essa região à Galicia, sob o título comum de reino da Polonia, proclamando-se elle próprio Imperador da Austria e Rei da Hungria e da Polonia. O novo Estado teria govêrno e parlamento proprios, mas a política estrangeira, os assuntos militares e as finanças ficariam sob a dependência do governo imperial, tal qual sucede presentemente à Hungria. A monarquia dualista tornar-se-ia assim triade, e o primeiro resultado de tal reforma seria, não só a incorporação militar dos polacos nos exercitos austriacos, o que reforçaria o poder militar do Império, mas ainda a transferência dos deputados da Galicia, que tomam assento no Reichstag austriaco, para o novo parlamento polaco, o que asseguraria aos partidos alemães a maioria absoluta no referido Reichstag.

Parece o plano demasiadamente vantajoso à Austria para que a Alemanha o aceitasse sem relutância, isto no caso, felizmente improvável, de que fôsem os Impérios centrais os vencedôres na guerra presente.

As considerações sôbre a Polonia afastaram-nos, porém, inadvertidamente do fio de argumentos, que fâmos expondo, ácêrca das razões que pareciam militar em a Alemanha não quebrar as tradições hohenzolernianas de harmonia com a Russia nas grandes questões internacionais. Um ainda deixámos de expôr, e é o de que essa união também se recomendava, pela afinidade dos regimes políticos dos dois Estados, um francamente autocrático, como o russo, outro só aparentemente

constitucional, como o alemão, mas ambos hostís à fiscalização dos actos do governo e, conseqüentemente, adversos à causa da Democracia.

Mas a todas as considerações expostas se fez surdo Guilherme II e, em agosto de 1914, colocando-se resolutamente ao lado da Austria, declarou a guerra à Russia.

De quantos argumentos se aduzem, para explicar essa attitude do soberano alemão, o que melhor aceitação recebe no nosso espirito, é o de que êle contava com uma guerra curta, terminada por vitórias rápidas e decisivas, a primeira no ocidente e a segunda no oriente, sem dar tempo à intervenção inglêsa, findas as quais a Russia se tornaria aliada da Alemanha, como sucedêra à Austria-Hungria, alguns anos após Sadowa.

O futuro esclarecerá devidamente êste ponto da história, mas o que, desde já, não admite dúvida, é que foi a declaração de guerra feita pela Alemanha à Russia, com o desprezo formal da tradição seguida pelos Hohenzollerns, quem lançou por terra a autocracia russa. Êste resultado daquêle acto não o previu certamente Guilherme II, porque quaisquer vantagens, que de momento dele derivassem, não seriam de modo algum compensadas pelos perigos, que redundam para a própria casa imperial, da situação interna creada na Russia.

Era circunstância digna de previsão o supôr, que a revolução russa viesse obrigar as potências inimigas da Alemanha e da Austria a negociar a paz. Mas, a intervenção inesperada dos Estados Unidos, com a tenacidade e vigôr, que revelam as diversas proclamações e discursos de M.^r Wilson, afastou inteiramente a realização daquela hipótese, o que não quer dizer, que o facto se não venha a realizar em prazo mais ou menos breve, mas por causas ocorrentes inteiramente diferentes daquela, e às quais mais tarde faremos alusão.

Mas, ainda quando a revolução russa viesse a obrigar as potências da *Entente* a negociar a paz, a queda da referida autocracia não deixaria de constituir um golpe terrível para a casa imperial, da qual Guilherme II é chefe, e bem assim para a do soberano austriaco, cujo trono de há muito treme, devido às convulsões revolucionárias e antagonismos irreductiveis das várias raças, que tornam da Austria-Hungria um Estado puramente convencional e transitório.

Em plena Europa do vigéssimo século, em face das instituições liberais da França, da Inglaterra, da Italia e de todas as mais nações europeias e americanas, grandes ou pequenas, a actual constituição alemã representa um anacronismo, que não póde e não deve subsistir. Poderia manter-se, enquanto existisse ao seu lado a autocracia russa, dominante em um Estado formado por 170 milhões de habitantes. Os alemães consideravam liberais as instituições, que os regiam, enquanto, olhando para o lado, as comparavam com as dominantes no império despótico dos czares. Mas, aniquilado êste, se os povos da Russia libertada proclamarem instituições tão livres, pelo menos, como as que regem as nações occidentais, e as souberem solidificar devidamente, a dinastia dos Hohenzollerns receberá com êste facto o golpe mais duro e certo, que lhe poderia ser vibrado.

Guilherme II já compreendeu essa situação perigosa para o trono, que ocupa. A reacção derivada da revolução russa, já se fez sentir na Alemanha, e ao facto se deve attribuir o rescripto por êle dirigido, no princípio de 1917, ao chanceler e presidente do conselho prussiano, determinando-lhe as medidas necessárias para introduzir uma importante transformação na constituição imperial.

«Diz-me a consciência, assim termina aquêlê documento depois de enumerar as reformas a empreender, que me mantenho na via traçada por meu avô, fundador do império, que cumpriu de um modo exemplar o seu dever de monarca, tanto como rei da Prussia, pela organização do exército, quanto como imperador da Alemanha, pelas reformas sociais, creando assim uma situação tal, que o povo alemão triunfará nesta era sangrenta por uma resistência maxima e exasperada.

»Fazer sempre da fôrça armada um verdadeiro exército nacional, favorecer o progresso social do povo em todas as classes, tal tem sido o meu fim, desde que subi ao trono, esforçando-me em servir os interesses da colectividade pela união, que já fez as suas provas, entre o povo e a monarquia. Estou resolvido a proceder ao acabamento do edificio da nossa vida política, económica e social na medida que a guerra o permittir».

Nos termos dos desejos assim manifestados ao chanceler, uma comissão especial examina, no Reichstag, as modifica-

ções a introduzir nas instituições imperiais, mas não é dado saber, ao certo, o alcance dessas reformas, visto a imprensa estar submetida a um regime, que torna impossível a divulgação do estado da opinião alemã. Um espirituoso escritor, querendo representar bem nitidamente o rigôr da censura empregada, diz que — «ela é tão severa, que vai até ao exame, pelo microscópio e pelos reagentes químicos, da pele dos viajantes suspeitos, que saem do Império».

Mas é racional admitir, do pouco que tem tido revelação publica, que o estado de agitação politica dominante na Alemanha seja causa de atribulações para o chefe do Estado. Dois factos o comprovam. O primeiro, foi a insubordinação da esquadra, embora se admita, como se tem pretendido fazer crêr, que no caso não houve plano premeditado, que fôra um movimento involuntario, como que a agitação nervosa e sem objectivo do emfermo, que se agita no leito, que ocupa. Mas, ainda assim, o facto do Kaiser ter pretendido o fusilamento de um marinheiro entre cada sete revoltados, demonstra o estado apavorado do seu espirito. Efectivamente, quando a desordem assim se manifesta entre as classes por dever de officio mais disciplinadas do Estado, e entre as quais o imperante se dizia contar as adesões mais valiosas, como creador que havia sido do Poder Naval alemão, é lícito crêr que a referida agitação politica tenha assumido character agudo. O segundo facto revela-se pela vida inclemente, que teve no parlamento o Chanceler Dr. Michælis, que precedeu ao actual, e cuja demissão o referido Kaiser se viu obrigado a aceitar, ele tão systematicamente propenso a sustentar o prestigio chanceleresco contra todas as aggressões parlamentares, para assim bem fazer compreender que aquele funcionario, segundo a Constituição vigente, não é responsavel perante o Reichstag e sómente perante o Imperador.

Tudo concorre, consequentemente, para revelar que as instituições politicas alemãs vão perdendo muito da antiga impermeabilidade, e recebendo as infiltrações das modernas democracias. Na Alemanha, ha muito que se lucta pela conquista de um plano minimo democratico, qual o da reforma eleitoral e da responsabilidade dos ministros perante o Parlamento. O programa maximo, que tambem é conhecido, apenas tem constituido materia de propaganda, para vingar em momento oportuno.

tuno. E' aquele programa minimo o que hoje conta para a sua realização com a promessa imperial, e que se diz estar já devidamente esboçado pela comissão especial parlamentar, precedentemente aludida, com a aprovação do novo Chanceler Hertling.

Embora esse programa venha a triunfar, a queda da autocracia russa não deixa de constituir um golpe terrível na casa imperial e no respectivo regime politico. Efectivamente, exceptuando a Austria-Hungria, cujo futuro ainda é problematico, o Imperio alemão e, dentro dele, especialmente a Prussia, serão dentro em breve os unicos países da Europa em que o soberano tem um poder omnipotente, e nos quais as assembleas eleitas pelo sufragio nacional só gosam de direitos limitados, dependendo a — decisão dos negocios mais importantes, da guerra e da paz, da vontade de um só homem, habituado a seguir as direcções de uma casta autocrato-militar.

A tal estado de contas se pretendem opôr os Estados Unidos, quando, pela voz do seu Presidente, declaram que jámais farão a paz com o Imperador, pretendendo conclui-la com a Democracia alemã, já então triunfante com a adopção do programa maximo, a que procedentemente se fez referencia. As nuvens, que de todos os lados se amontoam, fazem crêr que em vésperas de grande transformação, pelo menos, se encontram tambem as actuais instituições politicas alemãs. A sua derrocada será inevitavel, porém, se os Estados Unidos, tendo tempo para intervir na sequência da guerra, conseguirem pela sua poderosa acção adquirir papel preponderante na decisão final da contenda. Esse compromisso tomou M.^r Wilson, em documento conhecido de todo o mundo culto, e procurará, por certo, não faltar a ele., para assim honrar, tambem, o acôrdo que, desde 1897, se afirma existir com a França e a Inglaterra, pelo qual os Estados Unidos se manifestariam em favor destas potências, no caso de guerra declarada pela Alemanha ou pela Austria, com o propósito de levar à execução as aspirações pangermanistas. O facto de não ser conhecido o instrumento diplomatico, em que tal acôrdo ficou registado, não basta para ser posta em dúvida a sua existência, visto esta ter sido afirmada na imprensa, sem contestação de fonte autorizada.

Mas, quando mesmo a decisão final da guerra houvesse de

ser favorável aos Imperios centrais, ainda neste caso a melhor probabilidade de salvação e prosperidade para o trono alemão seria uma restauração da autocracia russa. Por isso nm esclarecido publicista escreveu — «que se os revolucionarios russos salvarem hoje o Imperio alemão ter-se hão perdido a si próprios, porque este lhes testemunhará o seu reconhecimento, procurando restabelecer o poder absoluto dos antigos dominadores»¹.

Na sua incessante faina não é licito prevér qual será a evolução politica experimentada pelos diversos Estados, agora comprometidos na guerra, quando esta terminar. Haja em vista o sucedido com a Polonia. Quando, em 1914, o czar proclamou a sua restauração, e a Austria e a Alemanha o imitaram seguidamente, não houve quem não julgasse seguro o renascimento desse infeliz Estado, que uma interminavel serie

¹ Depois de traçadas estas linhas, publicou a imprensa diária os seguintes telegramas, que justificam a presente predicção :

«Paris, 22.—Informações de Zurich, dizem que Trotsky declarou recentemente que, se a revolução não estalar na Alemanha, a Russia ficará à mercê do Imperialismo prussiano, sofrendo a lei dos vencidos.

Trotsky, diz-se, queria um longo armistício para fazer propaganda contra os alemães. Estes inutilizaram, porém, o seu plano».

«Londres, 21.—Indicações várias, mostram que o govêrno alemão tenta organizar uma manobra com o propósito de fazer sentar de novo o ex-czar Nicolau no trono donde foi expulso».

«Londres, 22.—Segundo notícias de Haparanda, em Petrogrado corre já o boato de que as tropas alemãs irão ali impôr o restabelecimento da ordem».

«Haparanda, 22.—Nos quarteis russos foram afixadas proclamações, anunciando a próxima chegada a Petrogrado de tropas alemãs, afim de restabelecer a ordem. Diz-se que, também, no domingo apareceram nas ruas de Petrogrado outras proclamações em que se comunicava ao povo a próxima restauração do czarismo.

«O Grão Duque Alexis será regente do Império e o Grão Duque Paulo e o Principe Leopoldo da Baviera vice-regentes».

Apezar de quanto fica transcrito, será sempre para reccar que, necessitando a Alemanha da paz com a Russia para dispôr das forças, que ocupam a frente oriental, a concerte com os próprios maximalistas, embora sejam tantas e tamanhas as incompatibilidades, que a separam destes, e não ofereça garantias de longividade o govêrno por eles constituido.


de dissensões internas levou a ser riscado da carta da Europa. Menos de tres annos vão volvidos, e já a marcha dos acontecimentos leva a crêr, que essa restauração não passará de ficção.

Bem o conjectuou o imminente filosofo Gustavo Le Bon, quando, em 1896, nas *Prmierés Consequences de la Guerre*, lançou a seguinte predicção :

«Creio que a Polonia ainda durante longo tempo terá occasião de expandir as suas inúteis lamentações. Quer recaia sob o dominio russo ou sob o dominio prussiano, esse país parece dever continuar riscado da lista das nações e condenado a perpetua servidão. Essa tem sido, desde o tempo longiquo dos Gregos, a sorte de todos os países aos quais as dissensões intestinas fizeram perder a independencia. E' uma lição que todas as nações devem meditar».

O conselho não deve ser despresado, e tem, nos parece, a maior oportunidade.

GENERAL MORAES SARMENTO.




CORONEL JOSÉ NUNES GONÇALVES

Estava quasi concluida a impressão do presente numero da *Revista Militar* quando ocorreu o falecimento do ilustrado coronel de artilharia José Nunes Gonçalves, verdadeiro ornamento da sua arma e do exercito portugûês, e prestimoso vogal da Direcção desta *Revista*.

Por tal motivo, reservar-se-ha para um dos proximos numeros o merecido preito de homenagem que a *Revista Militar* deve á memoria do saudoso e illustre official, ficando apenas aqui expresso o profundo sentimento que a Direcção experimenta pela perda de tão distincto colega e consocio da Empreza.

A Direcção



O NOSSO ESFORÇO MILITAR EM AFRICA

(Continuado de pag. 836 de Dezembro de 1917)

A expedição de 1916. Seus efectivos e preparação

Parece-nos ter provado que desculpaveis são os êrros que por ventura se tenham praticado, indo agora mostrar pela lógica irrefutavel dos números o que tem sido, e é, o nosso esforço militar em Moçambique.

Foi, como dissemos, em agosto de 1914 que se organizou o primeiro destacamento expedicionário a Moçambique o qual se compunha da 4.^a bateria de artilharia de montanha; 4.^o esquadrão de cavalaria 10; 3.^o batalhão de infantaria 15; serviços auxiliares de engenharia, administração militar e de saude num total de 1.527 homens e 322 solípedes.

Não teve êste destacamento uma missão bem definida sendo-lhe dada apenas a de guarnecer alguns pontos da fronteira norte da província de Moçambique.

Desembarcando em Porto Amélia, durante o período de um ano que ali se conservou aproveitou-o o coronel Massano de Amorim no estabelecimento de alguns postos militares nas edificações das multiplas dependências do aquartelamento, na abertura de várias estradas e montagem de linhas telegráficas prestando, assim, um mui apreciavel serviço.

Em 1915 era aquele destacamento rendido pelo do comando do tenente coronel de artilharia Moura Mendes, que para esta importante comissão de serviço fora convidado. Compunha-se de: 5.^a bateria de montanha; 4.^o esquadrão de cavalaria 3; 3.^o batalhão de infantaria 21, 2.^a bateria do 7.^o grupo de metralhadoras; tropas de engenharia, saude e administração militar, num efectivo total de 1.543 homens.

Com esta força não seguiu material de guerra nem solípe-

des, porquanto os recebia do destacamento rendido à sua chegada a Porto Amélia.

Marchou a expedição de 1915 sem que também lhe houvesse sido confiada uma missão definida.

Achavamo-nos então no período em que a nossa situação era nebulosa, e em que ora se afirmava a neutralidade ora nos diziamos, senão beligerantes, pelo menos abertamente ao lado da velha aliada Inglaterra.

Assim decorreram os meses até março de 1916, em que, entrando abertamente na guerra, o Governo deliberou tomar em Africa uma atitude decisiva, cooperando com os aliados na campanha encetada contra a colónia alemã da Africa Oriental.

Inicia-se assim em abril de 1916 a organização da grande expedição e para o seu comando foi convidado o ilustre official de estado maior, coronel Garcia Rosado, profundo conhecedor da província, e por êste motivo com alta envergadura para o desempenho de tão espinhosa missão.

Circunstâncias diversas, que não vem para aqui apreciar, levaram o Governo, três meses depois, a dispensar aquele distinto official do referido comando, confiando-o ao general Ferreira Gil, official de valor e ilustração, que recebeu êste cargo já quando estava prestes a partir o primeiro troço expedicionário.

Compunha-se a expedição de:

Quartel general; companhia mixta de engenharia; 1.^a, 2.^a e 4.^a baterias de montanha, 3 batalhões dos regimentos de infantaria n.^{os} 23, 24 e 28; 3 baterias dos 4.^o, 5.^o e 8.^o grupos de metralhadoras; serviços de saude, administração militar e transportes, num efectivo total de 4.642 homens, 1378 solípedes e 159 viaturas.

Anteriormente à organização dêste corpo expedicionário, haviam sido enviadas para Moçambique praças para completar o efectivo do esquadrão de cavalaria 3, que ali se encontrava e 3 estações de telegrafia sem fios, adquiridas no estrangeiro, sistema Marconi, com o respectivo pessoal de engenharia sob o comando de um official.

Iniciara-se, como atrás dissemos, em abril a organização do corpo expedicionário de tão elevado efectivo e trabalhando-se de dia e noite com uma actividade febril conseguia-se

que em 29 de maio, largasse do Tejo, a bordo do vapor *Portugal* o primeiro troço, constituído por 1 batalhão de infantaria, 2 baterias de metralhadoras, hospital provisório e ambulância com um efectivo de 43 oficiais, 64 sargentos e 1.136 cabos e soldados.

Poucos dias depois, — a 3 de junho — partia o segundo troço a bordo do *Moçambique* que transportou o quartel general, a companhia mixta de engenharia, uma bateria de artilharia, uma bateria de metralhadoras e um batalhão de infantaria, com um efectivo de 80 oficiais, 97 sargentos e 1.463 cabos e soldados.

A 27 de junho largava o *Zaire* com uma bateria de artilharia, um batalhão de infantaria víveres e o material de guerra, que não havia podido acompanhar as unidades já embarcadas, material para as oficinas, material sanitário e medicamentos em grande quantidade.

A 3 de julho seguia o vapor *Machico*, ex-alemão, transportando 654 solípedes, tanques de lona para água, material de guerra, viaturas, tendas para o serviço de saúde, caixas com medicamentos, munição, reservas de fardamento e calçado, víveres e ferragens para três meses.

A 8 de julho — 5 dias depois — largava do Tejo o vapor *Amarante*, ex-alemão também, com 724 solípedes, restante material — e a 15, embarcava no *Beira* o resto do pessoal da expedição, 151 volumes com medicamentos, diferente material, sanitário, telegráfico e para as oficinas, munições, víveres, etc.

Marchavam todas as unidades largamente muniçadas, excepção feita das bocas de fogo cuja dotação em munições era inferior à estabelecida pela impossibilidade do Arsenal as fornecer ou fabricar pela falta de matéria prima.

A quem atentar na descrição do diferente material que acompanhou as forças expedicionárias resalta, decerto, o facto de não terem seguido com as forças expedicionárias os camions, automoveis, indispensaveis para o início das operações, e sem os quais a coluna ver-se-ia obrigada a ficar inactiva.

Haviam sido adquiridos 40 camions, 20 do sistema Kelley na América e 20 Fiat, na Itália.

Não fôra descurada esta importante questão, pois dela dependeria em grande parte o bom êxito das operações a ini-

ciar, mas—sempre o terrível *mas*—se foi tarefa fácil pensar na aquisição do material de transportes difícil se tornou executá-la.

Quantas diligências diplomáticas não foi preciso empregar para que o material pudesse ser adquirido e transportado, e quando se contava que estavam em bom caminho e a bom termo, eis que surgia um óbice, que as aniquilava!

Somente, conjugando os esforços da diplomacia com as diligências directas dos oficiais incumbidos da aquisição e dos intermediários, pela sua influência comercial e conhecimento prático do negócio, lutando, maçando, insistindo, poudeser resolvida a aquisição dos Fiat!

Estava vencida a primeira fase dêsse drama arreliador, mas restava ainda transportar esse material até Moçambique, num período em que a acção dos submarinos era já intensa, e em que os transportes escasseavam.

Novas dificuldades a vencer, novos atritos a derruir.

Venceram-se, é certo, mas todas essas dificuldades trouxeram como consequência que somente em 12 de setembro—dois meses depois do embarque do último troço expedicionário—nós pudessemos enviar para a Africa no vapor *Moçambique* os camions Fiat!

Pouco tempo antes chegavam também a Palmas os 20 camions Kelley adquiridos na América, e que haviam saído de New-York a bordo do vapor *Class-Buckingham* em 11 de julho para uma viagem que devia durar 35 a 40 dias até Porto Amélia.

Entretanto adquiriam-se na Africa do Sul alguns camions Reus e enviavam-se de Angola, mais nove, sistema Itala, únicos dos que ali existentes puderam ser dispensados.

Vê-se, pois, que não foi por menos diligência que os camions não foram enviados, anteriormente, ou acompanhando a expedição.

Não ioram, por impossibilidade absoluta de o fazer e quem lêr esta desataviada descrição não pode avaliar as arrelias, disabores e desgostos que a aquisição destes meios de transporte trouxe a todos aqueles que, por dever de officio, tiveram de intervir no assunto, vendo-se manietados e impotentes para remover as dificuldades que, como por encanto, de todos os lados surgiam.

De igual importancia á dos transportes era a remonta dos solipedes para ás unidades e serviços da expedição e para a tracção dos muitos carros de que eles ali dispunham.

Apontámos atrás o efectivo em solipedes enviados da metropole, o que se conseguiu, não sem dificuldades tambem, pois que escasseando o gado no país, obstaculos se opunham à sua aquisição em Espanha.

Era porem, necessario resolver o problema, e voltando as atenções para a Africa do Sul ali se conseguiu remontar algumas centenas de cabeças pela solitudine do governador geral de Moçambique e dos officiais que intervieram, não se julgando, porém, que isso foi tarefa fácil.

Não, pelo contrario, os elevados efectivos mobilizados pela União Sul Africana, esgotavam o mercado, bastando dizer-se que de uma vez o general Smuts requisitara 11.000 solipedes, estando, pois, como, era logico acima de tudo os superiores interesses da União.

Esta simples enumeração dos factos passados bastará para demonstrar a luta incessante que foi mister travar para a solução dos problemas mais vitais para o bom exito da expedição.

Tendo-se feito de Palma a base de operações, não estando aquele porto nas condições de permitir um facil desembarque da enorme impedimenta e, antes pelo contrario, obrigando os vapores a fundearem muito longe do local do desembarque, forçoso foi mandar construir uns batelões especiais, para que se conseguisse assim uma maior facilidade, em Palma, na carga e descarga de material enviado.

Pois, como se uma má sorte tivesse presidido aos destinos da expedição, só nos fins de 1916 — em outubro, — estes batelões eram remetidos para a Africa, porque as sucessivas greves do pessoal operario, protelando-se por largo tempo, impediram a conclusão do seu fabrico a tempo e horas!

Pelos factos apontados, e por muitos outros ainda, como a falta de navios para o serviço de comunicações maritimas da expedição — sómente poderam ser empregados dois pequenos vapores o *Luabo* e o *Tungue*, constituição de navios hospitais, etc., se pode afirmar que todas as deficiencias que pos-

sam ser apontadas à preparação e organização das expedições a Moçambique tiveram como causa primordial as circunstâncias do momento histórico, que ora atravessamos, impossíveis de modificar a todos aqueles que com o maior zelo, dedicação, e patriotismo, em trabalho tão insano tiveram interferencia.

(Continúa)

E. BARBOSA

Ten.-cor. de Infantaria



A fronteira do Rio Rovuma

O Rio Rovuma já notável pela sua extensão de perto de mil quilómetros, tem ainda grande importância militar, por constituir um obstáculo, que delimita quasi inteiramente a fronteira Norte da Africa Oriental Portuguesa, num sinuoso percurso de cêrca de 700 quilómetros, pelo paralelo 11° ao Sul do Equador.

No Rio Rovuma, o curso superior desenvolve-se a Noroeste da nossa colónia, no distrito de Songea, junto do Lago Niassa, começando a delimitar a fronteira na confluência com o Usinge, desde onde se considera o curso médio do Rovuma, até à sua confluência com o Rio Lugenda, seu mais importante aflúente, que atravessa todo o território da Companhia do Niassa. A juzante desta confluência o curso inferior do Rio Rovuma é caudaloso na época das chuvas, mas na estação seca oferece numerosos vaus.

O Rovuma com uma barra larga de 1:500 metros, mas assoriada, deságua numa baía apresentando na margem direita um pequeno delta, que por canais estreitos, comunica com Kionga.

A navegabilidade do Rovuma é diminuta; durante as operações militares recentes, o cruzador *Adamastor* fundeava na baía a duas milhas da barra e a canhoneira *Chaimite* entrava a barra na praia, pequenos barcos à vela podiam subir o rio, uns três quilómetros, mas mais para montante a navegação limitava-se somente a facultar a travessia do rio.

No conjunto da bacia hidrográfica do Rovuma, podemos notar as seguintes generalidades:

O sólo é de base granítica e superficialmente arenoso; as minas conhecidas, são de grafite nas duas margens do curso inferior do Rovuma, existindo carvão na margem direita do seu aflúente Lugenda.

O clima da região do Rovuma, é influenciado pelo Oceano Índico, consideravelmente mais quente do que o Atlântico; o vento predominante é de Sueste na estação sêca de junho a novembro, variando para Nordeste na estação das chuvas que geralmente duram de dezembro a maio, sendo mais copiosas no litoral do que no interior.

A vegetação característica é de arvoredos baixos e densos, as culturas indígenas, encontram-se em limitado número, nas margens dos rios e pantanos; próximo da foz do Rovuma, existem algumas plantações de europeus, com palmares, sisal e algodão. As queimadas preparam as terras para as culturas indígenas antes da época das chuvas e se estas faltam, o ano é de fome para os indígenas.

A caça é abundante nas margens do Rovuma, sendo numerosos os búfalos, encontrando-se algumas vezes o leão e mais raramente o elefante. Os crocodilos pululam no rio, e como animais nocivos ainda se salientam na região: a mosca tsé-tsé, que não deixa em regra viver os cavalos, além de quatro meses; o mosquito que por causa das febres torna indispensável para cada soldado europeu o uso do mosquiteiro; e a impertinente matacanha, pequena pulga, que se introduz sob a pele dos pés, ferindo e inflamando-os quando não se cuidar de a extrair a tempo, inutilizando por isso muitos indígenas e alguns europeus.

A bacia hidrográfica do Rovuma é bastante estreita nos seus cursos superior e inferior, alargando no seu curso médio, sobretudo na margem portuguesa, constituindo assim, outra disposição natural para o estudo metódico do rio em três troços.

O curso superior do Rovuma, forma uma curva concava para Leste, desde a sua nascente nos Montes Matagoro, ao Sul de Songea, até encontrar a fronteira portuguesa, descendo neste percurso sinuosamente por um terreno montuoso e acidentado.

As comunicações nesta zona são difíceis, apresentando o rio poucos vaus por ser cavado. A ponte mais importante é de madeira, com cem metros de comprimento e dois metros de largo em Matomondo, a Oeste de Songea, sendo digna de reparo, porque no curso médio e inferior do Rovuma, onde o rio não é cavado, as cheias não permitem pontes permanentes.

A população indígena na zona do curso superior do rio, é pouco densa, sendo a tribo mais importante constituída pelos Ungoni, localizados entre o Rio Rovuma e o Lago Niassa, falando o Suahili, que é a língua do comércio indígena da Africa Oriental. Esta tribo tomou parte na revolta de 1905, contra os alemães, empregando então uma tática de embuscadas, dispondo de algumas armas de fogo antigas. Estes indígenas são bons carregadores. A influência dos seus régulos é pequena.

No seu curso médio o Rovuma desce para Leste, estando situado na margem Sul, o território do antigo régulo Mataca, que se prolongava entre os rios Luchulingo e Lugenda, afluentes ao Rovuma, abrindo uma larga e fácil comunicação em terreno ondulado e monotono, de arvoredos baixos, sobre terreno arenoso. Hoje o nome de Mataca está esquecido.

A margem esquerda do médio Rovuma é pobre, sendo dominada por um simples posto de polícia em Tundururu, centro de comunicações, donde também descem os dois mais importantes afluentes para o Rovuma; o rio Lnwingo que desce para o Sul, deixando sobre o Rovuma a montante da sua confluência Sassawara, centro de comunicações insignificante, e o outro afluente Mohezi, que é o maior de toda a margem esquerda do Rovuma e desce para Leste com bastante água.

A margem direita do médio Rovuma, tem disposições topográficas interessantes, porquanto o rio Luchulingo vindo do Sul, pantanoso entre duas cadeias de montanhas, corta as comunicações para o Lago Niassa pela margem direita do Rovuma, dando assim mais importância ao rio Lugenda, o maior afluente do Rovuma, que atravessa diagonalmente todo o território da Companhia do Niassa, definindo uma rede de comunicações centralizada em Mtarica onde se cruzam; o caminho de Porto Amelia a Mtangula no Lago Niassa, passando de Montepuez, onde recentemente os alemães foram batidos, para Muembe onde foi trucidado o tenente Valadim; este caminho que será o traçado provável de um caminho de ferro desde Porto Amelia ao Lago Niassa, liga com os caminhos que pelas margens do Lugenda vem desde o Sul do Lago Niassa até Mtarica e continuam por Vanguard até Ngomano, onde se encontra a confluência do Lugenda com o Rovuma.

Os postos militares portugueses nas margens do médio

Rovuma e em comunicação com Utarica, são: Mazina, um pouco a montante de Gassawara, e Unde no caminho para Tunduru. Estes postos tem importância de polícia, e também correspondem a dois acidentes geográficos que lhe ficam simetricamente dispostos ao Sul, constituídos pelos: Monte Oizulo a Oeste e Monte Ukula a Leste, áridas e escarpadas alturas de cerca 500 metros sobre o terreno largamente aberto de Norte a Sul, atravez do Rovuma.

A população indigena é escassa, afluindo naturalmente às margens do Lugenda e do Rovuma. A tribo mais característica nas duas margens do médio Rovuma, é constituída pelos Wayao, tendo chefes de pequena importância, que dão os nomes às terras, donde rezulta uma confuza repetição de terras com o mesmo nome e também succede que a mesma terra com o tempo varia de nome; os indigenas tem pouca estabilidade, passando com frequência de uma margem do Rovuma para outra. Em 1912, deu-se uma grande emigração da margem portuguesa para a margem alemã; os indigenas desta margem tomaram pequena parte na revolta contra os alemães em 1905, uzando então uma tática de embuscadas, dispondo de algumas armas de fogo antigas, que escondem das autoridades.

A agricultura que se encontra no médio Rovuma, é só a indispensável às necessidades indigenas e a criação de gado é impossibilitada pela tsé-tsé. Entretanto para o território português o gado para consumo e as subsistências podem obter-se na região do Lago Niassa, onde existem numerosas missões religiosas.

O curso inferior do Rio Rovuma, tem uma extensão aproximada de 250 metros, estreitando consideravelmente a sua bacia hidrográfica entre planaltos de pequena altitude, que se elevam em cada margem descendo mais ou menos suavemente até ao rio, donde rezulta a linha de talweg se aproximar ora duma ou outra margem, dando-lhe o valor militar de ser dominante e de não ser tão inundável como a margem mais espraiada, havendo ainda o característico desta margem ser arenosa e a que tem talvez mais próximo ser em patamar sobre o rio.

Na margem esquerda do curso inferior do Rovuma, o planalto é cortado pelo rio Muiti, abrindo um largo e fértil vale

entre as missões de Muiti, Massani e Newala, enquanto que na margem portuguesa as reintrâncias do planalto são definidas pelos pequenos lagos de Nangasi e Lidede entre os quais se encontra o importante vau do Rovuma em Kikumbiriro, ao Sul do qual foi morto numa embuscada, o capitão Ferreira da Silva. Para montante até à confluência com o Lugenda, o planalto torna-se montuoso e o terreno muda de aspecto para mais árido.

A população das margens do Rovuma no seu curso inferior é mais densa do que para montante, sendo a densidade maior na margem Norte, para onde os indígenas tem sido atraídos pelas plantações de europeus. Esta população é constituída pelos Makondes, tendo também o característico de mudarem facilmente de uma para outra margem; os régulos tem pequena importância e sómente no Madai a Oeste de Kionga, os dois chefes fronteiriços são hostís. Os Makondes são pouco guerreiros, sendo porém, pouco submissos no pagamento de imposto de palhota à Companhia do Niassa. Os indígenas dispõem de algum armamento individualmente escondido.

A agricultura está relativamente mais desenvolvida junto do litoral, principalmente junto da foz do Rovuma, onde existem já plantações de europeus. A criação de gado é impossibilitada pela tsé-tsé.

As comunicações na margem esquerda do Rovuma, tem um traçado paralelo ao rio, sendo interessante a estrada marginal até Nervalá, fortim onde morreu das feridas no combate de Kimambo, o major Leopoldo Silva.

Na margem Sul, as comunicações tem o traçado geralmente perpendicular à costa, havendo a coincidência de nomes semelhantes correspondendo à situação das localidades, e assim a Mocímboa da Praia corresponde Mocimboa do Rovuma, dêste posto militar parte outra estrada para o Sul, a entroncar em Montepuez com a estrada para Porto Amelia, dispondo esta rede de estradas de correspondente ligação telegráfica.

O Rio Rovuma que significa *Rio Grandioso*, tem muito diferente valôr militar, conforme a estações, sendo um obstáculo formidável na época das chuvas, facultando comunicações na época sêca, por ter boa água, que falta nos planaltos

História do Exército Português

A *História Orgânica e Política do Exército Português*, de que é autor o sr. coronel de cavalaria Cristóvam Aires, acaba de ser acrescentada na sua secção de provas com mais um volume, que é já o duodécimo da valiosa série e o terceiro dos consagrados à guerra da Península.

Os tempos agitados que estamos atravessando e a que não se vê termo, pois que no horizonte não bruxuleia ainda a estrela da paz, mal se coadunam com a calma que a leitura repousada e o estudo meditado requerem, o que faz decerto que bom número dos nossos leitores ignorem o aparecimento do novo e interessante livro.

Como sabem os que andam a par da vida das letras portuguesas, o ilustre académico, à semelhança do que tem feito diversos historiadores, e entre êles D. Caetano de Sousa na sua monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, dividiu a sua obra em duas grandes partes, dando lugar na primeira ao texto e reunindo na segunda, sob a denominação genérica de provas, uma série de documentos, todos muito interessantes e alguns de rara valia.

Esta segunda parte, que representa um imenso trabalho de árdua e criteriosa investigação e que salva do esquecimento os numerosos papeis já coligidos em dôze grandes volumes, é só por si uma inestimável contribuição para o estudo da história pátria, que dignamente se pode enfileirar ao lado das nossas melhores publicações neste género.

O XII volume das Provas, de que nos estamos ocupando, contém o «Diário de Junot» na sua invasão em Portugal, pela primeira vez publicado na íntegra, e dizendo-se isto tem-se implicitamente dado uma ideia do rico subsidio com que a história pátria dos principios do século passado foi acrescentada.

Em vez de «história pátria» iamos a escrever «lutas peninsulares», mas realmente o manuscrito que agora vem a lume no seu todo e que, segundo diz Soriano, foi apreendido depois da batalha do Vimeiro, sendo muito importante no ponto de vista militar, não o é menos no que diz respeito à história geral do país no principio do século XIX, isto é, ao conhecimento da sociedade portuguesa dêsse tempo nos seus múltiplos aspectos e à situação económica e administrativa da nação.

É inútil encarecer o valor que os documentos têm para a história, de que constituem o sólido alicerce. São verdadeiros beneméritos os que lidam afanosamente em arrancar do mistério dos arquivos, iluminando-as com a luz da publicidade, as provas documentais dos acontecimentos de outrora. Em Portugal alguma coisa se tem feito já neste sentido, quer no passado, quer nos nossos dias, não faltando a consagração pública a nomes como João Pedro Ribeiro, Silvestre Ribeiro, Herculano, Gama Barros, Soriano, Sousa Viterbo e outros, além das beneméritas Academias de História e das Ciências, mas há muito ainda que fazer, e é preciso, é indispensável que se faça, para que a história tenha uma feição científica.

É realmente preciso, porque entre nós andam singularmente deturpados muitos factos históricos e injustamente julgadas certas personalidades. Em vez de se apreciarem os homens no seu tempo e no seu meio, é quasi sempre a paixão política do historiador o embaciado prisma atravez do qual se vê o passado.

Quanto mais ferrenho fôr o sectarismo, maior será o pendor para a injustiça. Daí vem o presumirem muitos educadores que a história clássica, a da Grécia e de Roma, se avantajam à nacional na formação do espírito da mocidade das escolas, pois mediando muitos séculos entre os acontecimentos que ela relata e os nossos tempos, é natural que o mesmo sôpro gélido da morte que aniquilou homens, impérios e instituições, a ponto de nos parecer às vezes que elles não pertenceram ao nosso mundo, mas, sim, a outro, é de crêr, iamos dizendo, que gele tambem os arrebatamentos das paixões políticas. Daí vem igualmente entenderem diversos professores que o estudo da história pátria não deve chegar até à actualidade, mas antes ficar um pouco atrás. Assim, ha anos um ministro fran-

cês, que, se a memória não nos falha, foi o sr. Leygues, determinou com aplauso de todos os que conhecem a vida escolar e se interessam pelas questões de instrução, que o estudo da história nos colégios e liceus não fôsse além de 1870, e cremos que assim se tem feito, pelo menos no que se refere à parte que trata das lutas políticas.

Entre nós dá-se um facto que revela o nosso espirito de incoerência. Ao passo que nos lamentâmos de que o povo português não tenha as manifestações de amor patriótico que ostentam outros povos, mórmente os ingleses e os alemães, caprichâmos em denegrir certos homens e acontecimentos doutros tempos, gerando na alma da mocidade como um sentimento de repulsão pelo passado. Esta criminosa tarefa, chamemos assim a êsse desvario, encontra especialmente aplausos em quadras de agitação política. Ha sobretudo umas victimas predestinadas, que êsses irreverentes demolidores se julgam no direito de perturbar nos seus túmulos, de quando em quando, para as injuriarem atrocemente por supostos crimes.

Nunca nos ha-de esquecer o estremeção que sentimos uma vez, assistindo a uma sessão inaugural das aulas num estabelecimento de instrução secundária. O auditório era principalmente composto de estudantes, rapazinhos de dez a dezasete anos, mas havia tambem na assistência muitos pais e mães de familia, professores e personagens officiais. Fazia o discurso inaugural um moço professor que discorreu à sôlta pela nossa história fora com o mais mesquinho e nefasto espirito sectarista, pretendendo provar que tudo quanto nela ha grande era já obra republicana e que, pelo contrário, se devia lançar à conta dos monárquicos o que nela avultava mau.

Lá foi com variegada roupagem de adjectivos desfiando a sua tese, tão anti-patriótica e má quanto imprópria da ocasião, até que, chegando a D. João IV, pôs-se nos bicos dos pés, elevou a voz quanto pôde para que o que ía dizer não escapasse a nenhum dos centenaes de ouvintes que se encontravam na vasta sala e gritou apoplético: «D. João IV era um covarde!»

Eu não sei a impressão que faria naqueles rapazitos, em cujas almas nós pretndemos enraizar o amor pelo património nacional, êste insulto lançado sobre a memória dum homem

que simbolisa o resgate da nossa independência, lastimosamente perdido havia sessenta anos, e a quem êles se tinham habituado a chamar na escola primária o restaurador, mas estou certo de que se perguntassem áquele irreflectido apreciador dos homens e dos acontecimentos o motivo por que assim apostrofava a memória dêsse morto, êle havia de gaguejar muito antes de alinhar duas razões.

D. João IV era um covarde! Porquê? Talvez porque se mostrou prudente, reservado, em vez de ir logo a correr atrás da miragem da corôa, como se 1580 não estivesse ainda na memória de todos, com o abandôno do prior do Crato e o triste sudário das consciências vendidas a Castela! E se os planos da conjuração falhassem, qual seria a primeira cabeça, mais alta que todas as outras, a rolar pelo sobrado dô cadafalso? Covarde, D. João, só porque hesitou um momento em trocar o remanso da sua casa de Vila Viçosa, uma das mais ricas, se não a mais rica da Peninsula, pelo inferno de conspirações, de suspeitas, de denúncias, de anciedade constante, que foi esse reinado, tão admiravelmente descrito pelo inimitavel Camilo em duas obrasi-nhas que toda a gente medianamente familiarizada com a nossa literatura conhece, — a Luta de Gigantes e o Regicida!

Este critério de pretensos historiadores, que veem os homens não como êles realmente são, — de carne e osso, como nós, — e no seu tempo e no seu meio, mas, sim, atravez do prisma das suas mesquinhas paixões, tem tanto de scientifico como de justo e educativo. Pois se ha julgadores que tenham de ser benévolos com as grandes figuras do passado, a ninguem corre mais essa obrigação do que a nós, que pelos grandes acontecimentos a que assistimos, devemos aprender a ver melhor os tempos idos, sem nos deixarmos cegar pelas nossas paixões, ou, por outras palavras, sem fazermos história subjectiva.

Ponhamos, porém, ponto nesta divagação, para onde nos levou a consideração da importância do documento para a reconstituição e apreciação do passado, e vamos ao que realmente é objecto destas linhas, o novo tomo da Historia Organica do Exército do sr. Cristovam Aires.

Contêm êle, como dissemos e como se lê no rosto do livro, o Diario de Junot, mas a êsse manuscrito, que está na biblioteca da Ajuda, mais propriamente caberia o nome de "Cor-

respondência" dêsse general com Napoleão. O sr. C. Aires precedeu-a, como introdução, dum magnifico e desenvolvido estudo sobre a primeira invasão franceza, que só por si abrange 284 páginas das 503 que constituem o volume.

Começa essa colecção de cartas em julho de 1806, quando Junot era ainda governador de Paris, e continúa regularmente até junho de 1808, sendo a ultima datada de Lisboa, aos 7 desse mês. São ao todo 129, mas o interesse começa para nós verdadeiramente na sexagésima, de 10 de outubro de 1807, a primeira datada do quartel general de Baiona, onde Junot se occupava atarefadamente da organização do corpo expedicionario que ía atravessar a Espanha em direcção ao nosso país. Nela Junot informa o imperador do estado das três divisões de infantaria, bem como da cavalaria e da artilharia do exército de observação da Gironda, e depois de lhe assegurar que os seus homens ardem em desejos de dar uma prova de dedicação ao seu imperador, remata por dizer que todos quereiam um dia ouvir-lhe exclamar: "Estou contente comvosco". Que evolução se operára no espirito daquele filho da Revolução!

A carta seguinte é igualmente ainda sobre preparativos das tropas, mas a immediata, já de Victoria, em 3 de novembro, contém os projectos e ideias do general sobre a marcha a realizar e a invasão do nosso país. Aí se manifesta a dúvida sobre a attitude do nosso exército, que se ignorava qual seria, e tambem uma certa desconfiança ou má vontade a respeito dos espanhois.

Em 25 de novembro Junot escreve ao imperador, de Abrantes, descrevendo-lhe com sombrias côres o que foi a marcha até ali por uma região sem recursos alguns e por caminhos espantosos, a cada passo cortados por torrentes e sem ter recebido uma ração de pão desde Abrantes. Depois dêste lúgubre quadro e para que nem tudo sejam tistezas, o general termina assim: "Mas emfim, meu Senhor, as campinas de Portugal abrem-se agora deante de nós e no dia 30 de novembro as bandeiras de V. M. hão-de fluctuar no magnifico porto de Lisboa. As privações do meu exército, as suas fadigas, tudo será esquecido, meu Senhor, se conseguirmos executar as ordens de V. M."

E realmente no dia 30 escreve já "desta bela cidade de

Lisboa», dizendo que chegára às 8 da manhã com o regimento n.º 70 e uma única peça de artilharia! Também aí diz ao seu imperial amo, dando de barato o que não pôde obter apesar de para isso haver sujeitado o seu exército «a fadigas e privações de todo o género»: «por outro lado não é um bem que o príncipe tenha duma vez resolvido as dificuldades que teríamos em nos apossar do país?»

Junot, como se sabe, dirigiu-se logo à Torre de Belem, e, conhecendo Lisboa, na volta, decerto para bem avaliar o verdadeiro estado de alma da população, «veio pelas ruas mais ricas, onde não havia nenhuma loja fechada; na rua do Ouro estava tudo exposto nos mostruários dos ourives».

Se fossemos a fazer transcrições de tudo quanto nestas páginas ha de interessante, êste artigo atingiria proporções enormes, porque são numerosíssimas e de palpitante importância as questões a que nelas se encontra referência. São as apreciações de personagens em evidencia, como os marquezes de Marialva, de Abrantes, de Alorna, «um homem cuja opinião era positivamente de que a felicidade de Portugal estava em depender directamente da França», o conde de Norvion, comandante da policia, Solano e Taranco os dois comandantes do corpo espanhol de occupação, e muitos outros; são as impressões pessoais sobre o nosso exército e o nosso povo; são informações sobre os diferentes ramos da nossa administração; são os seus projectos de govêrno; são os seus esiorços para captar as simpatias da nação conquistada sem deixar de cumprir as ordens de Napoleão; são emfim muitas outras coisas, todas muito importantes para o estudo daquele agitado comêço do século passado.

Além doutras, duas fundas impressões nos deixou a leitura destas cartas. A primeira é que Junot era afeiçoado ao nosso país, que queria administrar com brandura. As violências, como a imposição duma forte contribuição de guerra e a organização da legião para França, não são da sua iniciativa, mas, sim, ordenadas pelo imperador; mais duma vez sofreu repelões do amo por querer amaciar o rigor das suas determinações.

A outra impressão que recebemos desta correspondência é que Junot não era um folião despreocupado como alguns dos nossos historiadores e romancistas se comprazem em no-lo

apresentar. Pelo contrário, revela-se ali um administrador cauteloso, previdente e que sabia encarar de frente as dificuldades, que eram infinitas.

Não ha dúvida que os cemitérios da Historia estão cheios de mortos que esperam a hora da justiça!

Além da correspondência do duque de Abrantes, dissemos nós que este tÔmo contém tambem uma Introdução que abrange 284 páginas das 503 do volume. Nelas estudou o sr. coronel Cristovão Aires o manuscrito, e fê-lo com tal proficiência, cotejando as suas passagens com as obras dos principais autores antigos e modernos, que essa análise é um estudo completo da primeira invasão franceza em Portugal. Dizemos isto com tanta mais sinceridade quanto é certo que num ou noutro ponto não estamos em perfeito acôrdo com as opiniões do ilustrado acadêmico, que com êste novo volume da sua História Orânica e Política do Exército Português mais estreitou ainda os vinculos de gratidão e aprêço que ao seu nome prendem os que prestam culto à verdadeira História e às boas letras.

Lisboa, novembro de 1917.

TEIXEIRA BOTELHO

Coronel de artilharia

A CAVALARIA

Ha já muitos anos que a utilidade da cavalaria nos exercitos tem sido combatida por criticos militares, afirmando que o seu papel nas guerras futuras seria senão nulo, pelo menos muito restricto. Esse numero hipnotisado pela guerra de trincheiras, cresceu agora consideravelmente, sem considerar que só a guerra de movimento pôde dar uma decisão e esquecendo os grandes serviços que nesta guerra a cavalaria prestou, ao principio e depois em que, tomando a luta a feição da guerra de sitio, o cavaleiro foi forçado a separar-se do seu cavalo para pegar na carabina e na picareta, e a enterrar-se nas trincheiras, defendendo-as ou atacando as do inimigo com um ardor, destreza e conhecimento semelhante ao da melhor infantaria.

Agora que a luta moderna se tornou tão complexa, aparecendo elementos mecanicos de tão extraordinario pôder e perfeição, em numero ilimitado e com uma larga applicação da fortificação de campanha acompanhada de toda a especie de defesas accessorias, agora é que é preciso que da fecundissima lição dos factos e descobertas que esta guerra nos tem dado (e que nunca antes e talvez mesmo no futuro se poderão dar em tão grande numero e tão completamente), se verifique, se a cavalaria nas campanhas modernas é util e indispensavel ou inutil e superflua. To be or not to be, that is the question.

Desde a campanha de 1866, entre a Austria e a Prussia, aparecem os seus detractores, baseando-se na questão economica em tempo de paz e na sua pouca efficácia em face do aperfeiçoamento das armas de fogo em tempo de guerra, opinião formada por não ter a cavalaria prestado os serviços que de direito dela se esperavam, sem reconhecerem primeiro quão mal empregada foi, em ambos os campos. Mas se aqueles serviços pouca influencia tiveram, tanto no decorrer das opera-

ções como nas acções importantes, logo a seguir a guerra franco-prussiana faz reconhecer que a utilidade da cavalaria não se tinha alterado. Se a cavalaria francesa não correspondeu às necessidades do momento (na descoberta e na segurança), se lhe faltou a mobilidade e a velocidade que devia ter, em compensação a cavalaria alemã foi superior em tudo, antes, durante e depois da batalha, apesar de haver quem acuse o alto comando de não ter sabido tirar dela todo o seu rendimento; à passividade da cavalaria francesa e à timidez das tropas avançadas do exercito de Bazaine, primeiro, e depois de Mac-Mahon, correspondeu a maior ousadia da cavalaria alemã, que lançando para a frente patrulhas, muitas vezes sem apoio algum, fez conhecer ao Grande Quartel General a situação e efectivos das tropas francesas, permitindo que o estado maior dêsse as ordens necessarias e adequadas para o desenvolvimento das operações.

Embora nesta guerra não se tivessem reeditado, da cavalaria contra a infantaria, as vitoriosas cargas de Eylau ou de Wagram e simplesmente se dêsse o sacrificio steril de Reischoffen, porque já de grande distancia debruçavam na morte as melhores fileiras dos esquadrões, ainda aparece, em Ville-sur-Yron, na batalha de Rezonville, a famosa carga de Brédow, à qual embora alguns criticos lhe tenham chamado um inutil duelo de cavalaria, os mais autorisados atribuem a vitoria alemã daquele dia, porque a cavalaria germanica, repelindo a francesa que fazia recuar o flanco esquerdo da infantaria alemã, ficou senhora do campo de batalha, permitindo à sua infantaria que retomasse as posições perdidas.

Em face destes factos e do arrojo e pericia da cavalaria alemã nos serviços de exploração e reconhecimento, resultou de novo confirmar-se a sua utilidade, dividindo-se então as opiniões em duas correntes quasi diametralmente opostas; uma, dos partidarios da antiga tactica, só pelo choque, outra, a nova escola, opinando pelo combate apenas pelo fogo. Os primeiros objectavam com a dificuldade de se obter ao mesmo tempo bons cavaleiros e bons infantes, os segundos com o poder das armas de fogo que tornavam a carga uma loucura. Aqueles, os partidarios do choque, queriam o aumento da cavalaria, os outros, partidarios do fogo, queriam uma diminuição, ou, pelo menos, uma mudança radical no emprego da arma.

Estas doutrinas chegaram a ter em França uma discussão apaixonada, de que eram porta-estandartes os generais De Négrier e Bonnal, quando rebenta a guerra anglo-boer e se voltaram para ela todas as atenções. Dela resultaram elementos para reforçar a opinião dos partidários da acção da cavalaria principalmente pelo fogo, indicando ainda, que esta arma em vez de ser reduzida devia ser aumentada, visto os seus feitos terem bem demonstrado que a sua utilidade, em lugar de diminuir, se tinha tornado maior. Embora o serviço de exploração nas guerras europeias seja diferente do que tem de se praticar em Africa e os boers não tivessem uma cavalaria nem propriamente uma infantaria montada, e, na opinião de varios criticos militares, a cavalaria inglesa tivesse sido em geral «inabil na exploração, inabil na carga e se collocasse no perigo de ter de capitular cada vez que se afastava das pernas da sua infantaria». o que é facto, é que os prodigios realizados por French são devidos, em parte, à sua cavalaria ou para melhor dizer á sua infantaria montada e a não a terem regularmente organisada os boers.

Foram ainda largamente debatidas nos parlamentos dos diversos países estas opiniões, principalmente quando eram apresentados os orçamentos de guerra. Assim, ao passo que no orçamento alemão para 1904, se propunha a criação de numerosos esquadrões de estafetas (*die Jäger zu Pferde*), origem da formação de novos regimentos, na camara francesa, um dos deputados pedia uma mudança radical no emprego da cavalaria, ao discutir-se o orçamento de guerra para o mesmo ano. Em 1906, tendo o relator do orçamento de guerra, o antigo capitão de infantaria, Messimy, incluindo nas propostas orçamentais a supressão de 2 regimentos de caçadores de Africa e dos 5.^{os} esquadrões dos regimentos de cavalaria da metropole, para com a economia resultante poder aumentar a artilharia, proposta que aliás veio substituir uma outra em que se suprimiam 6 regimentos de couraceiros e 2 de caçadores de Africa, renhida e calorosa discussão foi ainda travada na imprensa francesa. Combatendo este gravissimo erro, que conseguiu evitar — a supressão daquelas unidades — e incutindo ao mesmo tempo nos cavaleiros, com a autoridade da sua palavra, novas esperanças, novo ardor e fé na gloria da sua arma que tanto amam, levantou-se o prestigioso general Langlois,

artilheiro distinto (portanto estranho à arma de cavalaria) e não menos distinto professor, pronunciando memoráveis discursos. nas sessões de 18 e 19 de Janeiro de 1907, dos quais passo a transcrever uma das passagens: «O Japão pagou com usura a falta de cavalaria; tudo acabaria depois da primeira batalha se tivesse a suficiente cavalaria. A falta desta custou-lhe um ano de esforços, tres grandes batalhas, mais de 100.000 homens e milhões de francos. Diz-se: a cavalaria é cara. É verdade; mas com bons chefes, bem comandada, pagará generosamente o dinheiro dispendido. A prova é que o Japão, em magnificas condições para aproveitar os ensinamentos da guerra, vái fazer enormes sacrificios pecuniários pela sua cavalaria; vai crear 5 divisões desta arma e 20 de infantaria — pouco mais ou menos o dobro do que nós temos. É que o Japão sábe que o dinheiro gásto lhe renderá o centuplo, porque lamenta agora os biliões qce precisou gastar pela insuficiencia da cavalaria nesta guerra». Curioso e interessante, ainda sobre o mesmo assunto, é o que escreveu o general Bonnal, cuja autoridade e competencia ninguem contestará, tambem estranho à arma. no Gaulois de 2 de Março de 1907.

Um ano antes da actual guerra, mais uma vez, se suscitou no Reichstag alemão a mesma discussão, ao apresentar o Governo a proposta de organizar 6 novos regimentos de cavalaria para proteger as fronteiras de Este. Em resposta ao brilhante discurso de um dos deputados que, combatendo aquella proposta, queria provar «que, em todas as guerras destes ultimos anos, a cavalaria havia exercido pouca ou nenhuma influencia no resultado das campanhas» o Ministro da Guerra, Vou Hieringen, exaltando o valor da cavalaria, entre muitas outras cousas, diz: «Necessitamos não só da acção dos reconhecimentos da cavalaria como tambem da sua ajuda para os efeitos de combate». «É completamente desacertado sustentar que a missão da cavalaria nas guerras futuras será inutil. Eu penso exactamente o contrario». E ao concluir, referindo-se á necessidade absoluta de cavalaria para a perseguição, diz ainda: «O exito do ataque que deve obter-se depois de experimentar grandes perdas, depende da perseguição.» «Esse é o papel essencial da cavalaria». «Este é a metade do exito, terminando-o, e em circumstancias de evitar novos milhares de vítimas.» «A bem preparada e comandada cavalaria, em grande numero,

póde não sómente decidir uma campanha senão termina-la». A proposta do Governo foi por fim aprovada pela maioria do Reichstag.

E agora? Nenhuma guerra melhor que a actual, pela sua extensão, pelo seu desenvolvimento, pelos diferentes caracteres que tem tido, pela conjunção de todos os elementos de que o homem tem lançado mão, poderá apresentar factos em tão grande numero e portanto ensinamentos tão completos. É porém ainda muito cedo para se poderem formar opiniões regulares, sem um estudo aturado e perfeito, embora a pratica da guerra, cuja duração infelizmente passa já de 3 anos, tudo tenha alterado, organização, tactica, métodos de guerra, etc. Dificil é por emquanto, senão quasi impossivel, conseguir pormenores das diferentes acções, e vindo esses conhecimentos sempre com uma fórma muito geral e vaga, mostrando apenas os resultados e não explicando as causas, meios e processos postos em pratica para obtê-los, impossivel é tirar conclusões definitivas. São os exageros e contradições que a cada passo se encontram e a falta enorme desses dados positivos, que não permitem ainda um estudo completo e profundo.

Sobre a frente oriental onde a cavalaria tem tido um emprego muito mais consideravel e notavel, muito mais difficil tem sido obter conhecimentos, mais ou menos detalhados, pela falta de descrições minuciosas. Alguma cousa que se possa por agora dizer com mais profundo conhecimento, respeitante à cavalaria, e de que se tirem conclusões, ainda se referem aos primeiros meses de campanha, cujos factos estão mais pormenorizados, tendo já dado logar a críticas interessantes e bastantes comentarios. Referente a esse periodo, é do mais alto interesse para a tactica da arma, áparte a intensa e interessante actividade da cavalaria do 1.º e 2.º exercitos alemães, o estudo detalhado da acção da cavalaria na retirada do exercito britanico, principalmente em Valenciennes, Cambrai, depois no Marne, mais tarde no monte Cats e a importante e gloriosa parte que tomou na batalha de Ipres em que, numa situação bem difficil, se manteve durante dez dias nas aldeias de Messines e de Wytschaete; e o das acções da cavalaria francesa, entre elas, o trabalho realisado pela 7.^a e 10.^a divisões na região de Virton e de Arlon e o das unidades que

operaram cerca de Neufchateau e Bouillon, o raid do corpo Sordet na Belgica e mais tarde sobre o Ourcq, o emprego do I e II corpos de cavalaria quando da retirada do exercito inglês, a acção do corpo conneau na batalha de «trouée des Charmes» e junto a Provins, o do corpo Mitry na região de Mailly, as numerosas acções no periodo da «corrida para o mar», etc. Neste periodo, a bem dizer guerra de velocidade, notavel deve ter sido o serviço de exploração em que a cavalaria alemã, com quotidianos combates, avançou sucessivamente pela região de Péronne, Bapaume, Arras, Lens, sobre o Lys onde combate com a cavalaria francesa sustentada por infantaria de marinha, chegando por fim, em Novembro, a Nieuport onde o mar não permitiu a continuação do seu avanço para o Norte.

Nesta guerra se encontram, em maior ou menor numero, todas as eventualidades em que se previa que a acção da cavalaria se poderia realizar: os grandes raids, da cavalaria alemã, dos cossacos de Renneukampf chegando até aos arredores de Koenigsberg e do general Sordet na Belgica; a cavalaria ora cobrindo a mobilisação dos exercitos, permitindo a sua concentração e formando as redes de protecção até que aqueles tomem contacto com o inimigo, ora trabalhando em contacto directo com a infantaria à pequena distancia; empregada activamente no campo de batalha, como no Maine; a acção a pé, como maneira usual de combater; numerosos ataques a cavalo e proficuas perseguições, como, pela cavalaria alemã, depois da queda de Kowno e pela cavalaria russa de Broussilof na Galicia.

Tomarei pois os poucos elementos já conhecidos e pormenorizados e as criticas feitas por conceituados escritores militares, para me orientar sobre o objectivo a que este artigo visa.

(Continúa)

LUIZ ANTONIO DE CARVALHO VIEGAS

Tenente de Cavallaria

O COMBATE DE 24 DE JUNHO DE 1828

NA

CRUZ DOS MOROUÇOS

(Continuado de pag. 772)

A divisão da vanguarda, em que ia o próprio Povoas, avançou pela estrada nova—por Condeixa, Cernache, Venda do Cego, para a posição dos Morouços; a 3.^a Divisão, comandada pelo visconde de S. João da Pesqueira, cortando à direita, meteu pela estrada velha, de que já aqui fiz menção, e seguiu para a portela do alto de Santa Luzia;¹ e a outra coluna, secundária, de cavalaria e milícias, seguiu pela estrada da margem do rio, por Formoselha, Pereira, para Taveiro ou para atravessar o rio e dominar o campo.

Este avanço, a meu ver, não teve o fim de atacar o inimigo pelo centro e flancos, o que Pinheiro Chagas censura com azedume²; o avanço parece-me lógico, feito pelas duas divisões, paralelamente, a pequena distância³, seguindo as estradas que havia, ao passo que lá em baixo, a mais de duas lé-

¹ Não posso calcular qual o caminho que a divisão seguiria na sua marcha do sul, mais ou menos segundo a estrada de Lisboa, para entrar na estrada velha—sendo contudo admissível que seguisse de Alcabidéque para os altos de Vila Sêca por onde hoje mais ou menos passa a estrada distrital n.º 108, e no alto da serra tomasse o caminho velho até às posições do ataque. Apenas encontrei, em relação à marcha desta divisão, uma ligeira referência na *Monografia do Município Penelense* do sr. João Arnaut; diz ela a pag. 302 que, em 22 de junho o visconde de S. João da Pesqueira requisitou ao Rabaçal 6.000 rações de pão de trigo, 800 de farinha espoada para os oficiais e 600 de palha ou feno para o gado, e no dia seguinte requisitava lenha, dando ordens para tudo lhe ser levado à Fonte Coberta e Alcabideque.

² *Hist. de Portugal*, vol. cit. pag. 354.

³ Cerca de 3 quilómetros.

guas, no campo, a coluna mixta ameaçava a retirada com a simples travessia do rio ¹.

Eu não defendo a tática de Povoas, nem mesmo me abanço à crítica; julgo, no entanto, que o que êle fez foi sómente — empregar as tropas de linha na acção e as milicias numa operação secundária com a cavalaria — e nisto se cifra tudo ².

Ora na manhã de 24 de junho ³, terça feira, dia do glorioso S. João, quando ainda porventura se ouviam restos dos descantes das fogueiras tradicionais, do exército liberal partiu um reconhecimento pela estrada nova, sôbre Cernache, ao mesmo tempo que, definitivamente, avançava pela mesma estrada, direita a Coimbra, a divisão de Povoas.

Vamos ouvir os primeiros tiros.

¹ Esta coluna deveria, de certo, vir comandada pelo brigadeiro Afonso Furtado de Mendonça que comandava a brigada e que seria o oficial mais graduado. Devo contudo prevenir, para evitar confusões, que às vezes há uma ou outra referência a estas fôrças dizendo-se que eram as fôrças do coronel Guedes, que como vimos, comandava cavalaria 8. Mas, a verdade é que o grosso da coluna deveria estar nas alturas de Formoselha e uma fôrça avançada nas alturas de Pereira e estas então seriam as fôrças do coronel Guedes. Antonio Luis de Seabra, na carta aludida, diz que na coluna ia só um esquadrão, mas isto é seguramente erro motivado pela distância a que os estava vendo ou por más informações reeebidas — a não ser que, na verdade, à vista dos que estavam na margem direita apparecesse sómente um esquadrão ou fôrça equivalente.

² Parece-me mesmo que se não pode chamar a esta última coluna, uma coluna de ataque; a sua constituição o mostra. Era, no fim de contas, (desculpe o leitor esta colherada de péssimo profissional) a cavalaria com certa missão apoiada por tropas milicianas que não eram positivamente a nata do exército. A artilharia parece que destôa na coluna, mas segundo depois disse Povoas, na Ordem de divisão de 18 de julho, a sua intenção era mandar reforçá-la com uma brigada de infantaria (regimentos n.ºs 4 e 7), mandar atravessar o rio e atacar Coimbra pelo norte. Serja assim? Não seria Povoas a querer aumentar os seus serviços? O que é certo é que a brigada não chegou...

³ Pinheiro Chagas, na sua *Historia* (vol. cit., pag. 353) diz que «no dia 23 de junho achavam-se frente a frente os dois exércitos». Como se vê é força de expressão. Os miguelistas, em 23, ainda estavam para além de Condeixa como bem patentemente se prova pelos officios de Povoas, pelas participações recebidas pela Junta e pela própria *Apologia*, do coronel Vasconcelos, a pag. 17. O duque de Palmela vai mais longe, porque numa carta que escreveu à esposa, em 28 de junho, diz que a acção se deu em 23 e... em Condeixa! (Apud. *Vida do duque de Palmela*, pela Senhora D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, no t. II, pag. 206).

Povoas, ao sul de Condeixa, deu ordem para que, em 24, pela madrugada, a divisão da vanguarda ocupasse esta vila e postasse a sua guarda avançada em Cernache ¹.

De Condeixa, então, saiu, sob o comando do brigadeiro Henrique Pinto de Mesquita a 1.^a brigada de infantaria, que era composta, como se viu, por caçadores 8, e pelos regimentos de infantaria n.^{os} 8 e 16 ², de certo levando estabelecido o serviço a que hoje se chama de exploração; e como o terreno é muito arborizado, especialmente por pinhais, e é alguma cousa cortado, diz Povoas que parte da brigada de infantaria teve de ser empregada no serviço de caçadores ³.

Assim foram marchando, descobrindo terreno, até que encontraram inimigos na proximidade da posição da Venda do Cego ⁴ e não na posição de Cernache, segundo alguns dizem ⁵.

Foi aqui que se deu o primeiro encontro e aqui começou este combate infeliz do qual ninguém quiz, depois, a respectiva responsabilidade.

Do lado dos liberais, como disse, partiu também em 24

¹ Assim o diz Povoas na ordem do dia de 28 de junho (*Gazeta de Lisboa*, n.^o 153, de 30 de junho) e depois transcrita no numero de 9 de julho do *Correio do Porto extraordinario*. Este jornal diz no seu numero de 4 de julho, que os liberais estavam entrincheirados nas proximidades da vila. No *Exército Português*, a pag. 138 do vol. XVI (1894) vem também transcrita esta ordem do dia.

² Vide vol. 65, a pag. 761, nota 1.

³ Ordens do dia, de 28 de junho cit.^a Realmente os serviços eram diferentes; e por decreto de 5 de junho, determinava D. Miguel que os comandantes dos regimentos nomeassem, por escolha, 100 homens «dos mais próprios para o serviço de caçadores» e 2 oficiais «dos mais habéis para este serviço» (*Gazeta de Lisboa*, n.^o 135 de 9 de junho) — ordenando depois que estes 100 homens formassem em cada regimento uma companhia provisória que tomava lugar à direita do corpo; e quando os corpos constituíssem brigadas, formavam uma à direita e outra à esquerda. (Decreto de 13, na *Gazeta*, n.^o 142, de 17 de junho).

⁴ É a posição que vai da cota 165, pelo Δ 198, até ao cabeço de 235.

⁵ Povoas, na Ordem cit. de 28 de junho, fala na «posição de Cernache» e por isso, de certo com este fundamento, Sousa Monteiro na sua *Historia*,

pela manhã, um reconhecimento para o sul, motivado por haver notícia da aproximação do inimigo¹; esse reconhecimento partiu do centro da defesa, poi era feito pelos batalhões de caçadores 12 e 7² e passou, segundo parece, muito além da Venda do Cégo³ para onde depois voltou e onde, por sua vez, os liberais deram com os exploradores rialistas⁴ que os seguiam desde certa distância⁵.

BELISÁRIO PIMENTA

Capitão

(Continúa)

(vol. iv, pag. 10) diz que o ataque inicial foi em Cernache; e Manique na sua obra *Portugal desde 1828 a 1834* (a pag. 56) diz a mesma cousa, assim como o sr. Arriaga na *Hist. da revolução de setembro* (vol. 1, pag. 293). No entanto, o próprio Povoas, na outra Ordem do dia, de 18 de julho, também já citada, emenda um pouco, dizendo: «... forte posição adiante de Cernache...» mas parece que esta última ordem é pouco conhecida porque raro a vejo citada. Realmente, Cernache, não é uma posição bem definida, ao passo que a Venda do Cégo, cousa de quilómetro e meio ao norte, sôbre a estrada, está na encosta sul duma excelente posição que domina bem todo o terreno até Cernache e circunvisinhanças; Cernache, contudo, é uma povoação de certo tamanho, ao passo que a Venda é um pequeno grupo de casas que passa desapercibido. Não é, pois, de extranhar que Povoas, na primeira ordem, estando de certo pouco ao facto da topografia minuciosa da região, chamasse à posição da Venda do Cégo, a posição de Cernache.

¹ Vasconcelos, na *Apologia*, fala a pag. 17, nos postos avançados que deram fé do inimigo estar em Condeixa. Para postos avançados, acho que era contra todas as regras tê-los tão longe; chegaria a notícia por algumas pequenas patrulhas de exploração? por espias? pelos habitantes?

² Maia, nas *Memorias* cit., pag. 57, diz que era a brigada ligeira. Nos *Papeis de meu Pae*, 1, pag. 34, vem a mesma cousa — mas deve ser engano.

³ Assim o afirma Sá Nogueira na carta cit. nos *Esclarecimentos*.

⁴ Maia (*Memorias* cit., pag. 57) assim o diz claramente, embora depois confunda um pouco o terreno — o que não admira — quando fala no combate. Soriano, na *Historia da guerra civil*, tom. cit., pag. 372, também o diz do mesmo modo, assim como na *Hist. do cerco do Porto*, 1, pag. 289 e nas *Revelações* cit., a pag. 344; e P. Chagas, na *Hist. de Portugal*, tomo cit., pag. 354, não desmente. Oliveira Martins, querendo fazer estilo a propósito de tudo diz: «A 24, as vanguardas inimigas chocaram-se na Cruz dos Morouços junto a Condeixa». (*Portug. contemp.*, 1, pag. 109). Dos Morouços a Condeixa, devem ser uns onze quilómetros.

⁵ Carta cit.^a de Bernardo de Sá

Corpo de exercito expedicionario portugûes

ROL DE HONRA

Baixas em França

Mortos em 12 e desde 14 a 20 do mez de outubro

Por ferimentos em combate: (de 14 a 20 do corrente).

Regimento de Infantaria n.º 1:

Soldado n.º 754 da 1.^a companhia, João Gomes Marto.

Regimento de Infantaria n.º 3:

1.^o cabo n.º 478 da 2.^a companhia, Agostinho Rodrigues Barros.

2.^o cabo n.º 384 da 2.^a companhia, Raul Gomes.

Soldado n.º 339 da 2.^a companhia, Manuel Pereira Pinto.

" " 363 " " Antonio da Cunha.

" " 613 " 1.^a Henrique Areal.

" " 399 " 3.^a Luiz Francisco Braz Al-

ves. Soldado n.º 466 da 4.^a companhia, Antonio Alberto Dias.

Regimento de Infantaria n.º 18:

Soldado n.º 271 da 3.^a companhia, Vicente Gomes.

Regimento de Infantaria n.º 21:

2.^o sargento n.º 508 da 3.^a companhia, Joaquim Lopes dos Santos.

Regimento de Infantaria n.º 23:

Soldado n.º 152 da 1.^a companhia, Manuel Marques.

Regimento de Infantaria n.º 34 :

Soldado n.º 449 da 1.ª companhia, Manuel Loureiro.

Regimento de Infantaria n.º 35 :

Alferes, Gabriel Rocha de Gouveia, falecido em 12 do corrente.

Por desastre em serviço :*Regimento de Infantaria n.º 9 :*

Soldado n.º 344 da 3.ª companhia, José Correia Vagueiro.

Mortos desde 21 a 27 de outubro

Por ferimentos em combate :*Regimento de Cavalaria n.º 2 :*

Soldado n.º 574 do 2.º esquadrão, Manuel Bernardo.

Regimento de Infantaria n.º 3 :

2.º sargento n.º 243 da 4.ª companhia, José Gonçalves.

Regimento de Infantaria n.º 4 :

1.º cabo n.º 757 da 11.ª companhia, Joaquim Filipe dos Santos Junior.

Soldado n.º 599 da 11.ª companhia, João Martins Amendoeira.

Regimento de Infantaria n.º 7 :

1.º cabo n.º 181 da 4.ª companhia, Joaquim Alexandre.

Soldado n.º 457 da 3.ª " Luiz Gomes Gaspar.

Regimento de Infantaria n.º 8 :

Soldado n.º 471 da 3.ª companhia, Augusto Pinto.

Regimento de Infantaria n.º 15 :

1.º cabo n.º 101 da 4.ª companhia, José Pereira.

Soldado n.º 492 da 2.ª " Luiz Braz.

Regimento de Infantaria n.º 17 :

Soldado n.º 520 da 12.ª companhia, Manuel Carapinha.

Regimento de Infantaria n.º 20 :

Corneteiro n.º 493 da 1.ª companhia, Sebastião Exposto.

Soldado n.º 647 da 4.ª companhia, Domingos Marques.

" " 422 " 3.ª " João Ferreira.

Regimento de Infantaria 29 :

Soldado n.º 306 da 2.ª companhia, Manuel Joaquim.

Por desastre em serviço :*Regimento de Infantaria n.º 14 :*

Soldado n.º 518 da 3.ª companhia, Alberto Simões Gorlo.

Lisboà, 6 de Novembro de 1917.

(Continúa).



CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Fixação do azote atmosférico. — É sabido que pouco tempo antes da guerra se conseguiu realizar industrialmente a síntese dos nitratos, partindo do azote atmosférico. Esta importante descoberta é certamente uma das principais causas da duração do conflito actual, por quanto permite aos Impérios centrais, actualmente privados pelo bloqueio dos nitratos do Chile, procurar-se os produtos nitrados necessários para o fabrico dos explosivos. E' até provável, se o custo do fabrico não excede, como dizem os periódicos alemães, 30 centimos o quilograma, que os nitratos sinteticamente obtidos, suprimirem totalmente as importações de nitratos chilenos na Europa depois da guerra e que os produtos químicos necessários serão produzidos na sua totalidade nos estabelecimentos electricos destinados à fixação do azote atmosférico.

Como quer que seja, o certo é que na Alemanha a produção desta industria tem alcançado consideráveis proporções. O *Frank furter Zeitung*, dá, com efeito, as cifras seguintes :

Produção obtida em 1913	30:000 toneladas
» » » 1914	60:000 »
» » » 1915	150:000 »
» » » 1916	30:000 »
Prevista para 1917	320:000 »

França

A nova tactica francesa. — A guerra moderna é uma arte que os aliados têm aprendido pouco a pouco, e desgraçadamente à sua custa, mas que hoje em dia chegou a uma grande perfeição. Em França, a nova tactica procura antes de tudo reduzir ao mínimo os riscos de morte para os soldados e ensina-os a não exporem inutilmente a vida.

Sobre estes métodos modernos, dá-nos curiosos pormenores, Henry Wood, correspondente de guerra da *Unid Press*, junto do exército francês.

Ensina-se hoje ao soldado francês, que a cousa mais desnecessária é expôr inutilmente o sua vida pela pátria e que logo em seguida a isto a cousa mais desnecessária é ser ferido inutilmente. O maior auxilio que o soldado pode prestar à sua pátria, é pelo contrário, não se deixar nem matar nem ferir, de modo a poder continuar a combater tanto tempo, quanto o seu país precisar dos seus serviços.

O novo axioma do exército francês é que, um soldado morto não se pode

substituir e que é, portanto, indispensável reduzir ao mínimo os riscos do soldado em campanha. As autoridades militares francesas também partem do princípio de que a maioria dos soldados são destemidos, e muitos dêles são até destemidos sem o saberem. Quando a sua coragem leva o soldado a expôr a sua vida inutilmente, essa qualidade torna-se tão prejudicial como a própria falta de coragem que se observa numa pequena minoria de combatentes.

Na instrução muito completa que hoje em dia se dispensa aos soldados franceses para lhes ensinar o modo de pouparem as suas vidas, presta-se igual atenção aos que se expõem inutilmente por excesso de coragem, como aos que, procurando proteger-se, por falta de coragem, vão por êsse mesmo tacto ao encontro de novos riscos e perigos.

O resultado desta nova filosofia no ensino de um exército, não foi apenas dominar em grande proporção o *medo* que sempre se encontra numa pequena percentagem de homens, como também reduzir de um modo surpreendente as baixas francesas durante os combates.

Uma das primeiras regras que se ensinam hoje ao soldado francês, na arte da defesa pessoal, é que os grandes projecteis apesar de serem engenhos aterradores, podem-se tornar praticamente inofensivos para um homem destemido e inteligente.

Está hoje demonstrado que uma grande bomba, apesar do barulho assustador da sua aproximação, tem probabilidades de causar pouco dano, a não ser que vá rebentar no ponto preciso em que os homens se encontram.

Isto acontece em tão pequena proporção, que nem vale a pena metê-la em linha de conta.

Quando a bomba toca no chão e rebenta, quasi todos os estilhaços tomam uma direcção vertical, de modo que, se ao sentir aproximar-se um projectil, o soldado se atirar ao chão ou para dentro de um dos buracos cavados por projecteis anteriores, os riscos de ser morto ou ferido acham-se reduzidos ao mínimo.

Se, por outro lado, êle perde a cabeça com o apavorante ruido do projectil qua se aproxima, e procurar fugir, é quasi certo que será colhido por um dos estilhaços da bomba ou por outro qualquer projectil.

Estas lições não só aumentam a natural coragem do soldado francês, como também o tornam mais inteligente na protecção da sua própria pessoa.

O profundo desprezo que o soldado manifesta pelo projectil que se aproxima — e quanto maior é o projectil, maior é o desprezo — é um dos resultados desta instrução.

Em quasi-todas as cargas atravez do terreno varrido pelas balas, os soldados encontram mais tarde ou mais cedo, trincheiras ou *logares* inimigos excavados na mesma direcção por elas seguido.

A tentação de saltar para dentro dêsses abrigos, é, não só muito humana, como irresistível.

Deve por isso ensinar-se ao soldado que quem se refugia nessas trincheiras, sai raras vezes vivo delas para fóra. Nove vezes ou dez, foram preparadas de antemão pelos alemães, que collocaram uma metralhadora numa das extremidades, esperando que os seus adversários saltem para dentro delas e tomando-os em seguida «de enfiada».

Reduzir ao mínimo os riscos do combate e as respectivas baixas, foi uma das principais considerações que influíram na completa transformação dos seus métodos de ataque que as autoridades militares francesas realizaram desde o principio da guerra.

As tropas, em vez de se precipitarem ao assalto em formação cerrada, avançam agora com um interválo de 10 a 20 metros entre um homem e outro.

Este sistema não só diminui as probabilidades de morte, como também permite a cada homem refugiar-se em qualquer excavação produzida por uma bomba para escapar à explosão de um eventual projectil. Às vezes, a carga consiste em saltos de uma para outra excavação.

Os soldados, em lugar de se mostrarem menos corajosos por não sentirem o amparo de um camarada de cada lado, manifestam maior bravura por saberem que diminuem assim os riscos a que se acham expostos.

O soldado francês é naturalmente tão destemido, que durante muito tempo despresou a mascara contra os gazes asfixiantes.

Para dar aos homens a noção da necessidade de serem corajosos com inteligência e de não sacrificarem inutilmente a vida, obrigaram-nos a entrar em quartos fechados e cheios de gazes asfixiantes, para reconhecerem elles próprios todo o valôr das mascaras.

Ensina-se também aos soldados que a mínima confusão ou desordem de baixo do fogo, equivale à sua irremediável perda e que a melhor maneira de salvarem as próprias vidas e as dos companheiros, consiste em manterem o seu sangue frio e nunca abandonarem o posto que lhes foi confiado.

(Do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 23 de junho de 1917).

Como se renova o fardamento do exército. — O abastecimento de fardamento ao exército francês faz-se não só por meio de compras e confecções em todo o território da República pelo órgão natural — a *Intendencia*, como pelo aproveitamento de roupas uzadas, reparando-as e desinfectando-as convenientemente.

Para essas reparações ou concertos há, préviamente estabelecidos, armazens, depósitos e oficinas de recomposição de roupas, sapatos e utensílios etc.; cujo pessoal é, na sua maioria, constituído de prisioneiros de guerra.

Efectuadas as compras e terminadas as confecções e reparações, são os artigos e artefactos remetidos para a *frente*, por intermédio das estações regionais, dos depósitos e reservas, escalados pelas linhas ferreas ou pelas estradas carroçáveis. Para se ter uma ideia aproximada do movimento que tais remessas representam, basta dizer que são precisos 4:000 vagons, na maior parte carregados de roupas de inverno.

Dêsde 15 de setembro de 1915, 80 vagons partem diariamente dos depósitos, armazens, com destino à *frente*.

A relação dos objectos transportados, excede tudo quanto se possa imaginar: coletes de Bayonna, de malhas, cobertores, capotes, luvas, fachas e meias de lã; calças, ceroulas e camisas de flanêla, pêles de carneiro, botas e jaquetas impermeáveis; solas de madeira ou borracha, tamancos especiais para neve, etc.

As peças constitutivas do uniforme de inverno, dão um peso de 13 a 14

quilos, que adicionado ao peso normal (30 quilos) representam uma considerável sobrecarga ao soldado.

No intuito de atender o mais rapidamente possível aos pedidos dos corpos, cabendo à Intendência a missão de dirigir e fiscalizar o serviço, resolveu-se ultimamente simplificar os processos até então seguidos.

Assim, os pedidos são quinzenais e dupla via. Em cada grande unidade (corpo de exército. Divisões) os pedidos dos corpos são distribuídos quinzenalmente e na data prefixada pelos chefes de unidade.

Em casos urgentes, a formalidade das datas é posta de lado.

As duas vias do pedido destinam-se: a primeira à D. E. S., transmite ao depósito de fardamento privativo do exército de que faz parte; a segunda, o corpo remete directamente à sub-intendência divisionária para que tenha conhecimento do pedido, confrontando-a depois com a primeira via, após despachado pelo depósito respectivo.

Esta estação, depois de anotar o pedido, guardando cópia no seu arquivo, a devolve ao D. E. S. que, por sua vez, tem remetido ao sub-intendente divisionário a primeira via como documento indispensável à satisfação do pedido.

O sub-intendente divisionário estará assim ao corrente de todo o serviço de fardamento da grande unidade a que pertence, podendo aumentar ou diminuir as quantidades de acordo com o exame que houver procedido e com o *stock* do depósito; deverá examinar se os corpos que dependem da sua jurisdição fazem regularmente e na época precisa os seus pedidos; no caso contrário, providenciará para que eles cheguem a tempo de serem atendidos.

Os pedidos que os corpos, em caso de urgência, dirigem aos respectivos depósitos, escapam inteiramente a essas formalidades.

(De *La guerra y su preparacion*, março de 1917).

Grecia

Reorganização do exercito.—Foi decretada a 27 de janeiro (9 do nosso calendário) deste ano, sómente quanto ao pessoal:

Estado maior general: generais de divisão 6; generais de brigada, 16.

Serviço de estado maior: coroneis, 10; tenentes-coroneis, 29; majores, 15; capitães 26.

Serviços auxiliares e complementares do mesmo estado maior: coroneis, 3; tenentes-coroneis, 3; majores, 8; capitães, 34; 1.^{os} tenentes, 6; 2.^{os} tenentes, 6.

Infantaria: coroneis, 47; tenentes-coroneis, 48; majores, 137; capitães, 557; 1.^{os} tenentes, 645; 2.^{os} tenentes, 644; Quanto a sub-oficiais, sargentos graduados e tropas, o decreto não faz a menor referencia. E como não ha no exercito activo numero suficiente de 1.^{os} e 2.^{os} tenentes para completar esse numero (1.289), muitos officiais de reserva preenchem os respectivos claros.

Cavalaria: coroneis, 6; tenentes-coroneis, 9; majores, 15; capitães, 46; 1.^{os} tenentes, 60; 2.^{os} tenentes, 70; sub-oficiais, 11; sargentos chefes, 37; sargentos, 180; sargentos suplementares, 70; cabos, 344; tambores e corneiros; 70.

Artilharia: coroneis, 30; tenentes-coroneis, 34; majores, 46; capitães, 145; 1.^{os} tenentes 160; 2.^{os} tenentes, 160; sub-oficiais, 57; sargentos chefes, 134;

sargentos, 134; sargentos, 140; sargentos supplementares, 230; cabos 898; clarins e tambores, 235.

Engenharia: coroneis, 9; tenentes-coroneis, 12; majores, 24; capitães, 74; 1.^{os} tenentes, 92; 2.^{os} tenentes, 92; sub-officiaes, 13; sargentos chefes, 98; sargentos, 269; sargentos supplementares, 172; cabos, 470; clarins e tambores, 100.

Serviços accessorios—Intendencia: general de brigada, 1; coroneis, 14; tenentes-coroneis, 14; majores, 26; capitães, 15. (O decreto da reorganisação não consigna para esse serviço officiaes subalternos).

Saude: coroneis (medicos-chefes), 6; tenentes-coroneis, 18; majores, 27; capitães, 75; 1.^{os} tenentes, 74; 2.^{os} tenentes, 73; sub-officiaes, (enfermeiros-mores), 15; sargentos enfermeiros, 83; sargentos enfermeiros supplementares, 30; cabos sub-enfermeiros, 133. (No corpo de saude, além dos officiaes do quadro, prestam serviços, officiaes de reserva e medicos civis previamente chamados a serviço militar. Este decreto nada diz com respeito ao corpo de farmaceuticos e veterinarios. E' provavel que continue a antiga organisação.

Trem de equipagem: tenentes-coroneis, 6; majores, 6; capitães, 25; 1.^{os} tenentes, 47; 2.^{os} tenentes, 47; sub-officiaes, 11; sargentos chefes, 25; sargentos, 97; sargentos supplementares, 90; cabos, 214; corneteiros e tambores, 10. (Não ha coroneis).

Serviços automoveis: tenente-coronel, 1; major, 1; capitães, 6; 1.^{os} tenentes, 6; 2.^{os} tenentes, 6; sub-official, 1; sargentos chefes, 5; sargentos, 23; sargentos supplementares, 10; cabos, 53; corneteiros e tambores, 10. (Não ha coroneis).

Serviço aeronautico: major, 1; capitães, 5; 1.^{os} tenentes, 4; 2.^{os} tenentes, 3. (Não ha coroneis nem tenentes coroneis).

Todo o corpo de aviadores mixto, isto é, formado de officiaes de mar e terra, abraçou a causa venizelista. As officinas e aparelhos são guardados por pessoal estranho e previamente escolhido.

Fabrica de armas: armeiros chefes, 136; armeiros de 2.^a, 3.^a e 4.^a classe, 40; sargentos chefes, 136; soldados, 26; armeiros supplementares, 45. (Não ha sargentos nem cabos).

Inspecção de armamento: inspectores-chefes de 2.^a, 3.^a, e 4.^a classes, 13; inspectores armeiros, 120; sargentos chefes e cabos, 49.

Musicos: majores, 3; inspector, 1; capitães chefes de serviço, 3; sub-officiaes, 3.

O corpo, posto e numero de officiaes, a que se refere o presente decreto, vão fixados posteriormente por outro decreto ou acto governamental. No numero desses officiaes então incluidos os principes reaes.

A arma e o corpo a que passam e pertencem os officiaes dos corpos de automoveis e aeronautica serão fixados por decreto especial. O rei é o Felde-marechal e generalissimo do Exercito.

Mexico

Aparelhos registadores de tiros.—A legação mexicana junto ao governo argentino comunicou que o engenheiro mexicano Jois Grejales apresentára ao governo do seu país, para estudo e consequente adaptação no exercito,

um aparelho de seu invento para registar automaticamente o numero de tiros de espingarda, metralhadora ou canhão.

A despesa com o fabrico desse aparelho é insignificante e compensadora, porquanto de futuro se poderá fiscalisar o consumo dos cartuchos dados a cada soldado de per si, evitando que eles os extraviem.

Uma das suas melhores qualidades é o seu pequeno peso, pois não chega a 50 gramas. A sua construção será feita utilizando-a do material e das maquinas existentes nos estabelecimentos militares.

Para o funcionamento desse aparelho lança-se mão dos gases produzidos pela explosão do cartucho, os quais movimentam os quadrantes registadores,

DIVERSOS

permitindo lêr o numero dos cartuchos queimados.

O fumo como arma defensiva.— Antes do invento das polvoras sem fumo, os combates navais entre duas esquadras eram, desde que rompiam fogo, envolvidos em densos rôlos de fumo.

Ordinariamente, utiliza-se o fumo desprendido pelas chaminés, provocando-se ao mesmo tempo uma combustão incompleta de petroleo. Esse processo tem a dupla vantagem de queimar as chaminés, e os aparelhos de calefacção e envolver o navio numa atmosfera irrespiravel.

M. Cerio descreve na *Revista Nautica* um processo da sua autoria, consistindo em dispor de um navio especial, em cuja pôpa se produza o fumo. A substancia fumogenea pode ser formada por uma mistura líquida ou semi-líquida de alcatrão de hulha ou naphthalina, a que se adicionam oleos ou graxas minerais, resinas, etc. A inflamação é provocada por uma pequena quantidade de essencia inflamavel, por exemplo, benzina, nuns tubos metalicos que aquecem, por condução, a massa fumogenea tornando-a mais fluida e combustivel. Um ventilador fornece o ar preciso à combustão, e dirige o fumo para uma chaminé colocada no extremo da pôpa, chaminé esta provida de uma tela metalica que impede a formação de chamas deixando apenas sair o fumo.

Esse meio de defesa é inteiramente applicavel aos aparelhos de aviação.

A imprensa suíssa anuncia que na construção dos novos *zeppelins*, se adoptaram aparelhos proprios à emissão de abundante fumo.

Os aviões dentro em pouco se utilizarão desse processo, com o qual terão acrescido não só a dificuldade de serem visados como aumentado o seu poder destruidor, porquanto, lograrão occultar o seu volume, a sua posição e os seus movimentos ao adversario : *verão sem serem vistos*.

(Da *Iberia*, 1917, n.º 173).

Espingardas metralhadoras.— As mais em uso pelos actuais exercitos beligerantes são dos tipos seguintes :

Hotchkiss—(Em serviço nos Estados-Unidos sob a denominação de espingarda *Benet-Mercier*), funciona pela acção dos gazes.

Madsen—(Empregada na America do Sul, Dinamarca, Japão e Russia) actua por um largo movimento do cano.

Lewis—(Utilizada pela Inglaterra) trabalha pela acção dos gases.

Parabellum—(Inventada na Alemanha e por essa nação posta em serviço na actual conflagração) funciona por um curio recuo do cano.

Francês, mod. 1915—(Em uso na França) é semelhante ao funcionamento da *Madsen*.

Bergmann—(Empregada na Alemanha exclusivamente para a aviação) funciona como o *Parabellum*, pesa 12 quilogramas e dispara uma serie de 30 cartuchos.

As espingardas metralhadoras não devem ser confundidas com as *automaticas*, estas actuam pelo gatilho a cada tiro, aquelas afastam-se de forma normal das espingardas ordinarias e o tiro executa-se estando a arma apoiada numa forquilha; exigem menos munições e pessoal que as metralhadoras, são mais moveis e faceis de ser dissimuladas e podem com vantagem acompanhar a infantaria. Em compensação, a precisão e o tiro são muito inferiores aos das metralhadoras automaticas, podendo servir para dar tempo a que estes cheguem e mui especialmente para serem utilizadas pelos aeroplanos.

II

PARTE MARITIMA

Espanha

A marinha mercante em 1916.—A guerra entre os seus muitos ensinamentos revelou-nos a primordial importancia da marinha mercante como elemento constitutivo da defesa nacional. Não vem, pois, fóra de proposito a seguinte informação de *La Nature*, que por sua vez a tirou de uma revista norueguesa:

«Em 1916 a frota comercial de Espanha continental e insular (Balears e Canarias) contava 843 unidades de mais de 50 toneladas de registo, representando em conjunto 847.578 toneladas. Este total decompunha-se em 603 vapores (que representam 816.477 toneladas) e 240 navios de vela, com um deslocamento, em conjunto de 38.101 toneladas. O primeiro porto de armamento é Bilbao, com 217 unidades e 348.935 toneladas (201 vapores com 346.715 toneladas e 16 navios de vela com 2.220 idem). Barcelona figura em segundo lugar, mas muito abaixo de Bilbao.

A sua frota comercial vem a ser inferior a metade da de Bilbao, quer no que respeita ao numero de unidades como à tonelagem total das mesmas (77 vapores—168.296 toneladas—e 25 navios de vela—8.432 toneladas). Smith aparece em terceiro lugar, com 42 vapores (56.824 toneladas) e um navio de vela. Em quarto lugar vem o porto de Cadix.

Considerando os armamentos marítimos sob o ponto de vista da sua distribuição geográfica, resulta que o seu principal centro se encontra na costa do golfo da Biscaia. Os quatro portos: Bilbao, San Sebastian, Santander e Gijon reúnem por si só 446.861 toneladas, representadas por 364 unidades, das quais 280 são barcos a vapor, o que significa mais de metade da tonelagem da frota espanhola. Barcelona constitue o segundo centro, *singularmente*

menos importante, e por ultimo, um terceiro centro se encontra na costa S.O., na qual, entre os portos de Sevilha e Cadix, reúnem 108.458 toneladas, das quais 51.285 correspondem a Cadix.

Italia

Federação dos armadores.—Com este nome formou-se em Roma uma associação, por iniciativa das principais companhias de navegação, tendo por fins principais:

- a) estreitar as relações entre os armadores, unindo as suas forças para o interesse comum;
- b) fornecer por todos os meios o desenvolvimento e propriedade da marinha mercante italiana;
- c) representar e defender os interesses gerais da marinha mercante nas relações com o Governo, com os representantes comerciais, com os registos de classificação e com todas as entidades publicas e particulares;
- d) promover e solicitar as reformas e os melhoramentos das leis e usos marítimos;
- e) tomar parte nas associações marítimas internacionais, tomando a iniciativa de conferencias, etc.

Podem fazer parte da Federação tanto os armadores individuais ou associados, como as companhias, pagando uns e outros uma contribuição anual de 10 centimos por tonelada bruta de vapores e 5 centimos por tonelada bruta de navios de vela, além duma taxa de inscrição destinada a cobrir as despesas de organização e instalação e a criar um fundo de reserva.

A Federação é administrada por um Conselho e por um comité executivo. O primeiro, eleito pelos socios, compõe-se de um membro por cada 25.000 toneladas brutas de vapor ou 8.000 de véla. O segundo compreende os vice-presidentes das várias secções de Federação e quatro do Conselho.

Em caso de dissolução os fundos reverterão a favor do Instituto dos orfãos dos marinheiros ou da Caixa dos invalidos da marinha mercante.

Navios de cimento armado.—Justifica-se o emprego do cimento armado nas construções navais, pelo alto preço e escassez de materiais metalicos. As experiencias feitas ha muito em Italia mostraram que, introduzindo uma quantidade conveniente de argiles na mistura usual de cimento e areia se obtem a impermeabilidade precisa para a protecção do esqueleto metalico.

Os navios de cimento devem ser o mais curto possivel para não ultrapassar um limitado momento flector longitudinal; para aumento de resistencia longitudinal convém tambem que o pontal seja grande em relação ao comprimento.

O casco deve ser duplo em todo o contôrno transversal, ao longo de quasi todo o comprimento do navio, e a rigidez será tambem assegurada por anteparas transversais duplas. A parte do casco avante de primeira antepara será de madeira, não só para maior resistencia em caso de colisão, como para evitar que o cimento se estrague ao roçar dos ferros e amarras.

Um navio de cimento de 80^m de comprimento por 14^m,6 de boca e 9^m,35

de pontal, com um calado de 7^m,1 e dispendo de velocidade de 9 nós, teria um peso de 3.500 toneladas e igual capacidade de carga. Ao passo que um vapor de casco metálico com esta capacidade de carga e a mesma velocidade teria apenas metade daquele peso.

Não obstante este grande inconveniente, que torna os navios de cimento armado impróprios para maiores velocidades, o seu rendimento económico para a velocidade que consideremos é superior ao dos navios metálicos. Assim, tomando os dois navios de exemplo anterior, as despesas de exploração seriam :

	Casco metálico	Casco de cimento
Despesas gerais por ano.....	914.000 libras	585.000 libras
» de navegação por ano...	292.200 »	374.880 »
Total das despesas.....	1.206.200 »	959.880 »

Diferença a favor do casco de cimento 246.320 libras, isto é, uma economia de proximamente 20 % sobre o navio de casco metálico.

O emprego do cimento armado deve ser considerado hoje como um recurso valioso para aumentar rapidamente a tonelagem comercial, de que os aliados tanto carecem.

Suecia

Tonelagem actual.—Segundos documentos officiais, a tonelagem desce consideravelmente durante o ano de 1916.

Em principio de 1916 havia 2.903 navios com 1.995.000 toneladas.

Em fins de 1916 havia 2.801 navios com 1.128.000 toneladas.

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

França

- 1 ASTRUC (M). ingénieur des arts et manufactures, ancien élève des écoles nationales d'arts et métiers, sou-lieutenant des services automobiles. *Aide — Mémoire du gradé automobiliste (Technique, Théorique et Pratique)*. Deuxième degré. Tome 2: *Conférences de mécanique automobile. Cours supérieur contenant la résolution de nombreux problèmes techniques à l'usage de M. M. les sous officiers candidats au brevet d'aptitude technique, M M les instructeurs des centres de formation du personnel automobile*. Limoges impr. etli br. Henry Charles-Lavauzelle. Paris, libr, de la même maison 124 boulevard Saint-Germain. 1917. In 8, 335 p. avec fig. 6 p. 50
- 2 BATAILLE (la) de *Gorizia*. (Le Théâtre de la bataille du 4 au 15 août-1916) Melun. Impr. administrative. 1917. In 24 pg.
- 3 DERRÉCAGAIX (général) *Maréchal de France comte Harispe*. 1768. 1855. Avec un portrait en héliogravure et une carte. coulommiers, impr. Dessaint et C^{te} Paris libr. Marc Imhaus et René chapelot 30, rue Dauphine. Nancy, même maison. 1916. In 8, xii 475 p 10 p.
- 4 DEVILLE (lieutenant R.) *carnet de route dun artilleur. Virtou. La Marne*. Avec une préface de Pierre Mile. Paris impr. et libr. Marc Imhaus et René Chapelot, 30, rue Dauphine. Nancy, même. maison. 1916. (12 avril 1917) Petit in 8 xii 135 avec une carte 2 p.

- 5 FULLERTON (W. MORTON). *La Guerre européenne. Les États Unis et la Guerre*. 2.^e édition. Paris, impr. A. libr. Mare Imhaus et René Chapelot, 30, rue Dauphine. Nancy, même maison 1916 (12 avril 1917). Petit in 8, 176 p. Fr. 1,50.
- 6 *Règlement du 27 juin 1913 sur le service dans les états-majors et les quartiers généraux*. Armée belge. Réimpression. Rouen, impr. Albert Lainé, 5, rue des Basnages. 1917. In 8, 72 p.
- 7 STIÉNOU (C.) — *L'Expédition des Dardanelles. Sur le chemin de Constantinople*. Avec 2 cartes. Paris impr. et libr. Marc. Imhaus et René Chapelot, 30, rue Dauphine. Nancy, même maison. 1916. (7 avril 1917). Petit in-8, 135 p. Fr. 2.
- 8 *Compte général du matériel de la guerre pour l'année 1913*. Paris impr. nationale. 1917 (29 mars) 84 p.
- 9 LORYLLOS (docteur Pol) (de Paris) ancien interne en chirurgie des hôpitaux de Paris médecin aide major, chirurgie de l'hôpital de Savonnières-devant-Bar (Meuse). *Le Traitement des plaies du crâne par projectiles de guerre*. Le Mans, impr. Monnoyer. Paris, rédaction des «Archives provinciales de chirurgie». M. le docteur Marcel Baudoin, 21, rue Linné. 1915. In-48 p. avec Fr.
- 10 *Instructions nautiques. Bassin oriental de la Méditerranée*. Premier volume. Côte est de Sicile et Côte sud d'Italie. Côte d'Albanie et îles Ionniennes. Côtes ouest et sud de Grèce. Ile de Crète. Côtes de Tripolitaine. Paris, Impr. nationale; les agents commissionnés pour la vente des publications du service hydrographique de la marine. 1912. Tirage de 1917. (20 avril) In-8 xxvi-403 p. Fr. 6,50.
- 11 LA BRUYÈRE (R.) — *Deux années de guerre navale*; Paris, Impr. et libr. Marc. Imhaus et René Chapelot, 30, rue Dauphine (VI^e). Nancy, même maison. 1916. (18 avril 1917) In-8 ix-288 p. Fr. 4.
- 12 LAMANDE (F.), doyen de la Faculté de droit de l'Université de Paris président du comité nationale pour la réparation intégrale des dommages causés pendant la guerre. *De l'indemnité dans les réquisitions militaires*. Paris, impr. R. Tancrede. (18 avril). In 8, 52 p.
- 13 RICHARD (H.) *La Syrie et la guerre*. Avec une carte, Coulommiers, impr. Dessaint et C.^{te} Paris, libr. Marc Imhaus et René Chapelot, 30, rue Dauphine. Nancy, même maison, 1915. In-8, xiii-191 p. Fr. 6
- 14 LE ROY (major), vétéran des armées de la République et de l'Empire, officier de la Légion d'honneur — *Souvenir du major le Roy*. Publiés par Gabriel Dumay, vice président de la Société bourguignonne de géographie et d'histoire, secrétaire de l'Académie des sciences, arts et belles lettres de Dijon. Avec un portrait. Dijon, impr. Paul Berthier, 12, rue Berhissey. 1914. In-8, x-326 p.
- 15 *Guerre (la) gréco-bulgare*. Juillet 1913. *Grecs et Bulgares. — La genèse de la guerre Les Faits de guerre, d'après les documents officielles. L'opinion européenne. La Chronique de la guerre*. C. N. Radus, commandant R, F Dufour, M. Companaki, G. Dalmont, H. Villemont, A Nadand, etc. Préface par le colonel Bujac. Ouvrage orné de 7 cartes et de 32 illustrations, publié avec le concours et sous la direction de J. et A. Paris, édition de la «Revue Graccia» 41, boulevard Saint-Germain. 1914. In-8, 108 p. Fr. 3.

Inglaterra

- 1 ADAMS (Bernard) *Nothing of Importance. A record of eight months at the Front with a Welsh battalion*, October, 1915, to June, 1916. Cr. 8vo, pp. 326. Methuen. net 6/
- 2 AMERICA and Freedom. *Being the Statements of President Wilson on the War*. With a Preface by the Rt. Hon. Viscount Grey. 8vo, swd., pp. Allen & U. net 1/
- 3 BOWSER (Thekla) *The Story of British V. A. D. Work in the Great War*. Cr. 8vo, pp. 300. A. Melrose. net 5/

- 4 CATALOGUE of War Publication Comprising works published to June, 1916. Compiled by G. W. Prothero, with the assistance of Alex J. Philip. 8vo, pp. 265. *J. Murray* net 2/6.
- 5 COLEMAN (Frederic) *With Cavalry. The British Trooper in the Trench Line.* Through the Second Battle of Ypres. Illustrated. New edition. Cr. 8vo, pp. 318. *S. Low.* net 3/6.
- 6 CORBETT-SMITH (A.) *The Marne—and After.* With Plates and Maps. Cr. 8vo, pp. 336. *Cassell.* net 5/.
- 7 CRUSADER of France (A) *Lettres d'un Officier de Chasseurs Alpins,* Captain F. Belmont. With a Preface by Henry Bordeaux. Cr. 8vo, pp. 366. *A. Melrose* net 5/.
- 8 DAWSON (Coningsby) *Khaki Courage: Letters in War-Time.* With an Introduction by his father, W. J. Dawson. Cr. 8vo, pp. 185. *J. Lane* net 3/6.
- 9 HENDERSON (Keith) *Letters to Helen. Impressions of an Artist on the Western Front.* Illustrated. 8vo, pp. 117. *Chatto & W.* net 6/.
- 10 HISTORY of the Royal Fusiliers, «U. P. S.» *University and Public Schools Brigade.* (Formation and Training.) Royal 8vo, pp. 128. *The Times* net 5/.
- 11 HOUSEHOLD (H. W.) *Our Sea Power: Its Story and its Meaning.* With Foreword by Admiral the Lord Beresford. Cr. 8vo, swd., pp. 179. *Macmillan* 1/6.
- 12 HUNTLEY (Emily) *The Watchers* 12mo, pp. 62. *Red Triangle Press* net 6d.
- 13 JOHNSTON (Sir Harry H.) *The Black Man's Part in the War.* Cr. 8vo, swd., pp. 128. *Simpkin* net 1/6.
- 14 MARGERISON (John S.) *Action! Stories from the Modern Navy.* Cr. 8vo, pp. 298. *Hodder & S.* net 5/.
- 15 MARGERISON (John S.) *The Sea Services.* A Complete Guide to the Royal Navy and the Mercantile Marine. New edition. Cr. 8vo, swd., pp. 158. *Hodder & S.* net 1/3.
- 16 «On the Remainder of Our Front» By Private No. 940. Cr. 8vo, pp. 156. *Harrison* net 2/6.
- 17 ROYAL Flying Corps (Military Wing) *Casualties and Honours during the War of 1914-17.* Compiled by Cap. G. L. Campbell, assisted by R. H. Blinkhorn. Cr. 8vo, pp. 250. *Picture Advert. Co.* 3/.
- 18 SMEDLEY (Constance) *On the Fighting Line.* Cheaper edition. Cr. 8vo, pp. 502. *Putnam's Sons* net 2/6.
- 19 STEBBING (E. P.) *At the Serbian Front in Macedonia.* Illustrated with Photographs by the Author. Cr. 8vo, pp. 256. *J. Lane* net 6/.
- 20 WYLIE (Alex.) *The Future of the British Army* 8vo, swd., pp. 44. *Hugh Ree* net 1/.
- 21 YOUNG (Francis Brett) *Marching on Tanga.* With General Smuts in East Africa) With Illustrations and Map. Cr. 8vo, pp. 276. *Collins* net 6/.

II — PERIODICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.º 8 e 9 de agosto e setembro de 1917. Discurso do vice-almirante José Nunes da Mata, no funeral do contra-almirante João Braz d'Oliveira. O contra-almirante João Braz de Oliveira. Os submarinos e a defesa nacional. Naufragios na Ilha da Boa Vista. Memorias de arqueologia naval portuguesa.
- 2 *O Instituto*, n.º 10 de outubro de 1917. História da Literatura clássica. O Faqsto de Goethe. El terremoto y los edificios. El sismógrafo. Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. Documentos sobre várias industrias portuguesas.

- 3 *O Oriente português*, n.º 7 e 8 de julho e agosto de 1917. Disposição do vice-rei da Índia. Bens pensionados em Goa. Extrato de vários assentos de óbitos. A irrigação na Índia antiga.
- 4 *Revista aeronautica*, n.º 1 a 3 de janeiro a junho de 1917. Os primeiros aviadores diplomados em Portugal. Zeppelins, super-zeppelins e titans-super-zeppelins. Regulamento da carta de piloto aviador. Concurso de fotografia aérea: Concurso de balões pilotos.
- 5 *Revista de História*, n.º 23 de julho a setembro de 1917. D. Antonio Caetano de Sousa. A questão do apresamento da barca «Charles et George» e o Conselho de Estado. Segundo período da vida de Antonio Vieira — O desafio aos infantes D. Pedro e D. Henrique. A evolução dum município. Estudos de literatura contemporânea — Carta ao sr. Fidelino de Figueiredo.
- 6 *Revista de medicina veterinaria*, n.º 187 de setembro de 1917. Ensaio de vacinoterapia antistreptocócica. Ementário dedicado aos noveis médicos-veterinários. Serviços veterinários do Ultramar — Regulamento de Sanidade Pecuária de Angola.
- 7 *Revista dos sargentos portugueses*, n.ºs 43 e 44 de 15 e 31 de outubro de 1917. Gomes Freire d'Andrade — 1817-1917. Vencimentos nas colónias. Ingresso dos sargentos coloniais na metrópole. Ainda o Montepio. Administração pública. Meios e métodos de combater os aeronaues. Centenário trágico — Gomes Freire d'Andrade. Ainda o ingresso. A parábola da víbora. A Henrique Proença Bravo. Instrução militar preparatória.

Argentina

- 1 *Revista del Circulo Militar*, n.º 20 de setembro de 1917. Chismas militares. La distribución del tiempo en la Instrucción de los Zep. Pont. La batalla de invierno en los lagos masurianos. Los principios fundamentales del combate aéreo. Proyecto de organización del ejército de la República Oriental del Uruguay. Esteban de Luca y José Maria Rojas (Notas biográficas. Noticias militares.

Brazil

- 1 *Revista do Instituto dos docentes militares*, n.ºs 1 a 5 de junho, outubro de 1916 e janeiro, maio e setembro de 1917. Primeiras palavras. O Instituto dos docentes militares. Especialização nos conhecimentos militares. Cissoide. Analyse mathematica. Noticias sobre o almirantado inglez. Geographia militar. A pyrotechnia militar. Discurso. Prefacio physico-electrico. A guerra é condição normal da humanidade. Theoria geral das projecções das cartas geographicas. Radio telegraphia. Dialectos da lingua portuguesa. Artigos de mathematica. Pelo magisterio. Uma questão de algebra. Assegurar a paz! Alterações lascivas. Notas biographicas. Educação. Continuação do estudo sobre a equação $m^k + n^k = p^x$. A escola naval de guerra e o valor da doutrina. Medida de resistencia dos galvanometros. Contribuição para o estudo da radiotelegraphia. Depois dos combates. In memoriam. Notas bibliographicas. As leis da guerra e sua evolução. Uma questão de algebra. A chimica na guerra actual. Outra maneira de demonstrar o theoremata de Fermat. As origens da nossa lingua. Vestuario do nosso soldado. Medida de resistencia dos galvanometros.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado mayor del ejercito*, n.º 61 de julho de 1917. La calificación del oficial. La marcha. Centenario de la batalla de Boyacé. Posición de combate en la fortificación permanente. Educación e instrucción. Espoletas usadas en la artilleria francesa. Forma modificada de los proyectiles de artilleria del ejercito francés. Torpedos aéreos. Estados-Unidos — Establecimientos de instrucción militar. Edad del generalato en la presente guerra.

Cuba

- 1 *Boletín del ejército*, n.º 19 de setiembre de 1917. La educación intelectual del soldado. Notas sobre educación militar. Armamentos. El Japon y su cooperación al lado de los aliados. Escuela de equitación militar. Vuelos trasatlánticos. El programa aumentado de destroyers. La importancia del tiro de fusil en la guerra. Algo sobre geografía militar. Movilización. De la Gaceta oficial de la República.

Espanha

- 1 *Estudios militares*, n.º 4 de outubro de 1917. Discurso pronunciado por el Teniente Coronel D. Enrique Ruiz Fornell, com motivo de la inauguración del curso especial para primeros tenientes, desarrollado por la Sección de Infantería de la Escuela Central de Tiro en Valdemoro del 2 al 28 de Septiembre de 1917. Estudios acerca de cuestiones organico-militares. Enseñanzas de momento de la guerra europea. La guerra europea: Crónica politico-militar. Destellos de grandesa.
- 2 *La guerra y su preparación*, n.º 9 de setiembre de 1917. Impresiones de una visita al frente alemán en Belgica. La batalla del Marne. Nueva clasificación de la artillería de campaña en el frente austro-italiana. Un nuevo modelo de ametralladoras para aeroplanos. Junta dos estudios exteriores en Japon.
- 3 *Memorial de artillería*, n.º de outubro de 1917. Curso de tiro de campaña de 1917. Procedimientos modernos para determinar la temperatura de temple de los aceros.
- 4 *Memorial de caballería*, n.º de outubro de 1917. Las enseñanzas prácticas. Casos de Caballería — Sobre organización. Una cuenta bibliografica. Ametralladoras — Generalidades. De cria caballar — Extensión progressiva de degeneraciones en el pure sangre inglés. Campaña en Francia. Campaña austro-italiana. Operaciones en el frente rusoromana. Otras operaciones.
- 5 *Memorial de infantería*, n.º 69 de outubro de 1917. Extracto del discurso que leyó en su recepción pública en la Academia de ciencias. Fusiles automáticos y ametralladoras. La guerra y el sofisma. Los trabajos tácticos en la Academia de guerra rusa. Proyecto de reglamento para la Instrucción táctica de las tropas de infantería. Sitios de Badajoz desde el siglo XVIII. Bosquejo historico de la Isla de Mallorca.

Estados Unidos

- 1 *Journal of the United States Artillery*, n.º de julho-agosto de 1917. Preparedness of port commands. Mobile armament for defense. A time range board for guns. The 25. kw. gasoline driven generating set used in the coast defenses of the United States. Notes on small arms practice. Training new gun sections.

Mexico

- 1 *Revista del ejército y marina*, [n.º 7 de julho de 1917. Premios de la Academia de Estado Mayor. La cultura viril del oficial combatiente. Proyecto para una escuela de servicio de espionaje y exploración. Tiro indirecto. Estudio sobre el Derecho internacional. Estados-Unidos da America. El ejército norte-americano.

Suissa

- 1 *Revue militaire suisse*, n.º 10 de outubro de 1917. La neutralité de la Belgique. Impressions du front austro-hongrois. La préparation à la guerre de tranchées dans notre armée. Le capitaine Adrien Balédent.